
020ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA 10AGO2017

(Texto com revisão.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): (9h46min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento de autoria do Ver. Aldacir Oliboni solicitando que as Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17, sejam votadas em bloco. (Pausa.) (Após a apuração nominal.)

APROVADO por 14 votos **SIM**; 7 votos **NÃO**.

Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17, como autor.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Saúdo o Sr. Presidente da Casa, as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores, os cidadão que acompanham com enorme interesse o Plano Plurianual – PPA. Nós estamos retomando a discussão e votação das emendas do Plano Plurianual, que eram para serem votadas ontem. Dentre as dez emendas que apresentei, pedi destaque em cinco, por isso estou aqui para defendê-las. São emendas que dialogam com a saúde, com o esporte, com a política do idoso e, nesse sentido, queria falar de uma das principais emendas que ora apresentei.

O governo anterior, Ver. André Carús, presidente da Comissão de Saúde, aceitou a parceria tripartite entre os Governos Federal, Estadual e Municipal, da UPA do Partenon. Esta UPA é uma ação do governo anterior que, ao aceitar a UPA; ele, inclusive, recebeu recursos do Governo Federal de R\$ 400 mil. Este Governo ainda não deu nenhuma sinalização de que vai continuar com o programa das UPAs em Porto Alegre. Portanto a Emenda nº 05 é destinada para que aporte recursos para PPA, que é um tempo de quatro anos para viabilizar essa UPA no Partenon. É nesse sentido que quero pedir apoio aos

nobres Vereadores, à medida que o relator do PPA não digo que não tenha tido sensibilidade, talvez não soubesse dessa política que já iniciou na cidade de Porto Alegre e que, na verdade, o Governo deveria continuar em função de ter recebido já recursos. Nesse sentido eu queria pedir o apoio dos nobres colegas Vereadores, porque esse é um movimento de sete anos atrás. Esse movimento da UPA do Partenon já tem o aceite do Governo Municipal e também há um terreno cedido pelo Governo do Estado. O gestor da UPA do Partenon será o Hospital de Clínicas e já está o projeto feito, apresentado, não tem como não continuar com a política de implementação dessa UPA, algo que pode viabilizar nos quatro anos, não é uma coisa para este ano; é uma ação, uma parceira, como falei inicialmente, tripartite que deverá continuar para a cidade de Porto Alegre.

Recentemente o Ministro esteve aqui em Porto Alegre e falou muito bem do Programa de Saúde da Família e também da necessidade das UPAs em todo o Brasil, principalmente no Estado do Rio Grande do Sul, que elas pudessem ser viabilizadas. Então, eu queria fazer um apelo aos nobres colegas Vereadores na medida em que esta emenda para qual pedi destaque, Emenda nº 5, pede que sejam aportados recursos para esse programa. As demais emendas dialogam com o esporte, com a política do idoso. Ao percebermos a dificuldade de aportar recursos – o próprio Governo aportou poucos recursos –, aumentamos uma mínima necessidade, que é a média 10 em torno de 100 mil/ano. Se observamos uma das emendas, veremos que, para formação dos servidores municipais, a PGM coloca em torno de R\$ 500 mil, e, na área da saúde, o Governo coloca R\$ 80 mil apenas, com o que não se faz nada. Estamos aportando mais R\$ 100 mil na emenda anual para a formação dos servidores, dos cursos de formação que são implementados pela própria Secretaria ao longo dos 4 anos. Nós percebemos uma disparidade, vamos dizer assim, onde se percebem recursos demais em algumas áreas e recursos de menos em outras áreas que são fundamentais, como é a questão das áreas da saúde, educação e segurança. Então, a gente pediu a votação em bloco e esperamos a sensibilidade dos colegas Vereadores para votar favoravelmente às emendas que ora apresentamos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, bom dia. A bancada do PMDB não apresentou nenhuma emenda, e nós, por coerência e para evitar qualquer mal-entendido de não aprovar a de um Vereador e aprovar a de outro Vereador, nós vamos ter coerência e votaremos todos contra as Emendas, até porque usamos um pouquinho o discurso de ontem do Ver. Adeli Sell, no sentido de que as emendas e a Peça, como um todo, são de ficção. Acho que não são de ficção. Quem encaminha o que pretende fazer é o Executivo. Normalmente, muda durante o caminho de quatro anos. Muda até o governo, imaginem só. Toda esta trabalhadeira, todas estas emendas, votações, discussões, tudo o que se falou o ano passado, agora mudou o governo, tem outra visão, e eu tenho que acreditar no que o governo encaminhou para que faça. Se fizer isso que propôs, baseado no trabalho fantástico que o Ver. Felipe Camozzato fez com a sua assessoria lá na CEFOR, nós vamos votar contra as emendas para que a Peça enviada pela Prefeitura seja aprovada como um todo, e nós vamos cobrar esta proposição do Executivo. Cabe a nós – esta é a posição da bancada do PMDB – fiscalizar apenas aquilo que é proposto pelo Executivo neste caso do PPA.
(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, ontem, parecia que nós votaríamos algumas emendas e tudo estaria acabado. Nós questionamos. Já quero adiantar: votarei contra o PPA, com declaração de voto. A redação original, o rascunho, Ver. Roberto Robaina, eu já tinha feito ontem, mas depois, Ver. Mauro Pinheiro, da tempestade da noite infundável de Brasília, onde acabaram com a política, acabaram com a democracia, acabaram com os partidos, Ver. Felipe Camozzato – desculpe-me, pois V. Exa. fez um trabalho digno, louvável, competente e que tem mostrado um alto nível nos debates aqui, não é um

questionamento ao vosso trabalho, pelo contrário, é para promover o verdadeiro debate que nós temos que fazer. Os congressistas, agora, não são apenas 300 picaretas, estão tentando aumentar o número para aprovar no plenário esse distritão, para ficar, não é? E aí estão enfiando R\$ 3 bilhões num fundo, de uma forma asquerosa, chamar de Fundo de Democracia, ou seja lá o que for. E quando o Ver. Aldacir Oliboni apresenta quatro pequenas emendas no Município de Porto Alegre, uma das capitais mais importantes do País, nós ficamos aqui discutindo de vamos apoiar, se não vamos apoiar, se tem dinheiro... Gente, saúde pública - nós deveríamos votar com louvor, dizendo inclusive que votamos dinheiro para a saúde para nos contrapor aos congressistas do Congresso Nacional, Ver. Idenir Cecchim, que, ontem de noite, rasgaram tudo. Quem é que vai concorrer nas eleições de 2018? Quem? Vou defender, agora, o meu Partido, Ver. Paulino Motorista. Sou fundador do PT. Em 1980...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. ADELI SELL: ... Sim, eu sou um dos culpados por ter feito essa construção, Ver. Bosco, não me arrependo dela. Eu separo o joio do trigo, sempre separei o joio do trigo e por isso que eu comprei esse debate desde ontem e fico feliz que vários colegas têm ouvido, têm debatido, seja aqui na tribuna ou como eu e o Ver. Moisés, acabamos de fazer, um papo há pouco ali. E eu fico me perguntando quanto tempo, Ver. Felipe Camozzato, quanto esforço, e V. Exa. sabe fazer conta como ninguém aqui dentro e tem nos ensinado que o custo de algumas coisas aqui é altíssimo. Altíssimo demais. O povo não merece estar pagando fortunas para coisas inúteis. O Ver. Bosco antes fazia uma provocação aqui no plenário, corretíssima, salutar para essa hora da manhã, sobre a validade ou não validade das emendas. Desta vez, Ver. Cecchim, eu vou anotar uma por uma num caderninho e vou checar o que vai acontecer daqui para frente até o final desta gestão, emendas ao PPA, emendas à LDO e emendas ao Orçamento. Eu não faço emenda nem ao PPA, nem à LDO, nem ao Orçamento. Eu sou que nem o velho Ver. João Dib, eu fiscalizo o Executivo. Ah, eu fiscalizo! Eu fico em cima, de perto, olhando! Ver. Nedel, o senhor está ouvindo e anotou, portanto anote de novo e sublinhe: eu vou seguir os passos do João Dib e vou fiscalizar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, indo na linha do Ver. Adeli, do Ver. Cecchim, eu não apresentei nenhuma emenda e, grosso modo, eu também entendo, Ver. Adeli, que o PPA é muito menos importante do que o Orçamento. Nós temos aqui setenta e poucas emendas para serem votadas. Podem aprovar todas elas, não vai resolver nada. O que vai resolver é o Orçamento, quando vier para cá, dependendo do relator. Então, tomei uma posição pessoal com relação a todas essas emendas que foram apresentadas. Eu vou votar favorável a uma emenda que tem para o Carnaval e a duas que têm a favor do Esporte. Às outras emendas, desculpem os proponentes, que têm o direito de as apresentar, votarei contra. Talvez com alguma exceção, talvez, por que eu não li todas ainda, pois tem mais de setenta. Ontem votei favorável às emendas do Ver. Cássia, com relação à Avenida Vicente Monteggia, votei favorável às emendas do Ver. Tarciso, sobre o museu do negro – e isso está se enrolando e não se resolve, desde o primeiro mandato do Tarciso, quando ele fez esse projeto importante, e não se resolve. E essas emendas não vão resolver. É aquela história, nós todos sabemos e já discutimos isso diversas vezes. Muitas vezes, o próprio Orçamento é uma peça de ficção. E o Ver. Ferronato, que entende disso, pode concordar ou não. Na maioria das vezes, para nós, o Orçamento é uma peça de ficção: faz-se a emenda, o plenário a aprova, e os Governos não cumprem as emendas, executa se quer. Por isso que os “vivos”, lá em cima, fizeram a tal emenda impositiva. Eu sou contra isso. Então, quero dizer que vou votar nessas emendas do esporte, do carnaval, e agora vou me dedicar sobre as outras emendas dali, que não li todas, mas a tendência é que vote contra todas elas. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Bom dia, colegas. Um breve comentário como relator: cabe destacar aqui que neste bloco de emendas tem uma delas que tem problema formal, a Emenda nº 05, a vedação está no art. 33 da Lei Federal nº 4320/64, não há projeto, segundo o Governo, portanto inviabiliza a Emenda nº 05. Portanto, neste bloco temos uma emenda que tem problema formal, não é apenas discussão de mérito. Muito obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Bom dia a todos e todas. Quero fazer dois comentários muito rápidos. Primeiro, Ver. Oliboni, dizer que obviamente votaremos com as suas emendas, que são emendas que qualificam o atendimento em saúde, uma das áreas que mais tem sido precarizada do ponto de vista da ausência de investimentos para melhorar a qualidade plena da saúde de nossa população. Segundo, fazer um comentário da necessidade de que haja a possibilidade de a Câmara intervir sobre o PPA, embora eu concorde com o Ver. Cecchim, que seja uma peça que o Governo mandou para cá... Tanto é uma peça do Governo que temos discordância com o conjunto da metodologia, Ver. Cecchim. Somando todas as áreas sociais, saúde, educação, segurança, assistência, o valor é menor do que o que eles vão gastar em gestão de processo, tecnologia e transparência. Quase R\$ 2,7 bilhões para essa tal de gestão de processos, tecnologia e transparência e nenhum centavo para algumas áreas sociais – nós também, por óbvio, estamos defendendo a emenda do carnaval que o Ver. Bosco falou aqui, dentre tantas outras –, então, é óbvio, existe uma diferença de fundo com o que o Governo Marchezan apresenta no Plano Plurianual e com o que a oposição e nós pensamos que seria adequado. Por isso votamos ontem na emenda do Ver. Cassiá Carpes, que trouxe uma luta de uma comunidade que está há muitos anos lá na Av. Vicente Monteggia, batalhando para a execução, do Ver. Tarciso Flecha Negra, que qualifica e que busca salvar no PPA uma luta histórica com relação ao museu da história da cultura do povo

negro. Por outro lado, votaremos para que todas as Emendas meritórias entrem no Plano Plurianual, porque, não é por ser uma peça do Governo, que nós temos discordância de fundo, tão pouco por ter uma compreensão de que muito do que é votado não é executado que nós vamos abrir mão da nossa prerrogativa parlamentar de emendar e batalhar para que determinadas janelas sejam abertas no Plano Plurianual, como é o caso do carnaval, como é o caso do Plano Municipal do Livro e da Leitura, como é o caso da política para as UPAs, que o Ver. Oliboni traz. Então, nós vamos, obviamente, discutir as emendas que, na nossa opinião, qualificam e buscam, de alguma maneira, criar essas janelas importantes para determinadas lutas populares e demandas sociais no Município de Porto Alegre, e votaremos, evidentemente, com o Ver. Oliboni pela aprovação das emendas.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar o bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. MAURO PINHEIRO: Bom dia Presidente, Vereadores e Vereadoras, público nas galerias, neste tempo de encaminhamento das emendas, Ver. Aldacir Oliboni, com todo o respeito ao nobre Vereador e aos demais Vereadores que fazem emendas ao PPA, quero dizer que eu tenho uma posição de não fazer emendas ao PPA, Ver. Aírto Ferronato. Por que, nesses 9 anos como Vereador aqui, Ver. Cecchim, procuro não fazer emendas? Porque o importante no PPA é a janela, é botar a diretriz, por isso eu procuro o Líder do Governo, explico, tento convencê-lo para que ele, junto com o Executivo, aceite a minha proposta, e não coloco emenda, Ver. Wambert. O que é o PPA? PPA, na minha opinião, é a diretriz, é o planejamento estratégico do Executivo para os próximos quatro anos, é onde ele planeja como vai governar e o que vai fazer na Cidade, e ele deve ser feito com base no que foi dito no seu programa de governo. O Prefeito apresentou um programa, discutiu com a sociedade o que ele pretendia fazer se fosse eleito. Quando eleito, no seu primeiro ano de Governo, ele vai apresentar o seu PPA, que é o seu planejamento estratégico para os próximos quatro anos, inclusive para o primeiro ano do próximo Governo. A sua base para a construção do PPA deve ser, Ver. Moisés, o seu programa

de Governo, que ele apresentou e que foi vitorioso pela sociedade. Eu, no caso, não fiz parte desse programa de Governo, não votei nesse programa de Governo, mas a sociedade escolhe aquela pessoa que vai governar por quatro anos, que vai administrar a Cidade, que escolheu aquele programa de Governo. Espero que a sociedade tenha escolhido aquilo que ela quer para a Cidade. Então esse programa de Governo vai se transformar no PPA, sua diretriz, como o Governo vai executar aquilo que passou para a sociedade durante a sua campanha política. Nós, os Vereadores derrotados, temos que fiscalizar o Governo, e não dizer como ele vai administrar a Cidade durante os quatro anos. Seria como se eu dissesse ao Ver. Cassio, que é o Presidente da Casa, o que ele deve fazer como Presidente da Casa, quais são as suas diretrizes. Não, ele vai fazer, durante o ano em que ele é Presidente, aquilo que ele planejou e falou, convencendo os Vereadores a votarem nele pelas suas diretrizes. Portanto, não sou favorável à emenda. Nós temos que fiscalizar o Governo, não dizer para o Governo como ele deve administrar, mas cobrar que ele faça aquilo que ele promete. Há algumas emendas que eu acho que são boas, que deveriam ser discutidas com o Líder do Governo para convencer o Governo de que essas diretrizes são importantes de serem incorporadas. Se o Governo acha que não é o caso, bom, é uma decisão dele. Nós vamos dizer para a sociedade, por exemplo: “O carnaval, que eu acho que é uma diretriz importante, deveria estar presente”. Então a gente tem que tentar convencer o Governo para que coloque essa diretriz. Se o Governo dá o aval, é importante colocar. Agora, se ele não dá o aval, se nós criarmos a janela, não vai ter orçamento, então ela não vai ser executada – nós vamos estar enganando o povo dizendo que vai. “Eu coloquei e tal”. Então essa é a minha visão. Por exemplo, tem uma emenda do Ver. Wambert que eu acho importante, que eu acho que deveria estar no planejamento estratégico do Governo, que é a procissão de Navegantes, que eu acho importante, assim como outras do esporte. Eu acho que nós temos que convencer a respeito das diretrizes, porque, na verdade, o PPA é o planejamento estratégico daquilo que o Governo que foi escolhido pelo povo pretende fazer. A nós, os derrotados, o que resta é do Governo e fiscalizar para que ele faça o melhor pela Cidade, mas deixando fazer e cobrando. Portanto, não sou favorável a fazer emendas no PPA. Quando tem alguma diretriz que eu acho importante, eu procuro o Governo e tento convencê-lo, se não o convenço, nem coloco como emenda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Bom dia a todos os presentes nesta manhã desta Sessão Extraordinária, eu ouvi atentamente os pares e conversei com alguns colegas e, na realidade, vim usar o tempo do PSDB para deixar claro que este Governo fez uma proposta que foi julgada no ano passado. Eu entendo todos os Vereadores que têm suas bandeiras regionais, de setores. A nossa equipe fez um trabalho na tentativa de sugerir algumas emendas ao Governo, algumas com um belíssimo trabalho do Ver. Felipe Camozzato, e algumas foram retiradas por, simplesmente, o Governo ter um planejamento que, infelizmente, pela crise econômica, é limitado. Ouvindo as palavras do Ver. Mauro Pinheiro, que citou o Ver. Wambert, eu vou dar um exemplo. Esta Administração, por causa da crise e falta de recursos, escolheu não ter recursos depositados nas festas e comemorações da cidade de Porto Alegre, pelo entendimento de que, quando não se têm recursos suficientes para um posto de saúde, para a educação, não faz sentido nós termos recursos depositados para festas que podem ser organizadas por Parcerias Público-Privadas, com patrocínios. Esse Plano foi baseado em um planejamento sério discutido com a Fazenda, com a Secretaria de Planejamento. Eu, como legislador, Vereador, representante das comunidades e das bandeiras que defendemos, compreendi isso. Óbvio que alguns Vereadores dizem: “Ah, mas o Ver. Moisés é do PSDB”. Bom, mais responsabilidade eu tenho que ter, por isso retirei as emendas, vou acompanhar a votação seguindo a orientação do Ver. Felipe Comazzato, da Comissão que trabalhou em cima dessas emendas. E gostaria de pedir uma compreensão para as senhoras e para os senhores: se todos nós ficássemos aqui fazendo as nossas emendas para atender o nosso eleitorado, o nosso bairro, desculpa, nós não conseguiríamos cumprir com tudo isso. Então, acaba caindo lá na vala comum de alguns que fazem emendas – não quero generalizar porque alguns fazem as suas lutas e fazem a suas defesas aqui –, mas, na realidade, para que, se a gente sabe que não há recurso para atender todas as demandas dos nossos eleitores, dos nossos bairros? Eu peço e faço um apelo aos colegas para que a gente tenha uma visão maior e que

possamos, na realidade, entender que o Plano Plurianual defende os recursos que se têm, com as prioridades deste Governo, que está com sérias dificuldades, e a gente não tem como contemplar todos. Seria muito bom se a gente tivesse como, mas não existem recursos, e eu gostaria de fazer um apelo para que a gente tivesse consciência disso e, na medida do possível, sensibilizar as colegas e os colegas Vereadores. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Professor Wambert está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. PROFESSOR WAMBERT: Sr. Presidente, colegas Vereadores, já me manifestei nesta tribuna, ao longo deste meu primeiro mandato, várias vezes, dizendo, repetindo que sou parlamentarista, que defendo o parlamentarismo, e, no parlamentarismo quem governa é o parlamento; primeiro ponto. O segundo ponto, sendo isso, as emendas são prerrogativas da Câmara, são prerrogativas legais, formais, mas entendo também que essa discussão vai além, ela é uma discussão política. Eu estava, enquanto o Ver. Mauro Pinheiro se manifestava, muito atento e lembrando, Vereador, que o nosso primeiro encontro político foi na Escola do Bem Comum, da Arquidiocese de Porto Alegre, a escola de formação política da Arquidiocese chamada Escola do Bem Comum. Lá, nós muito lembramos que a política é a arte do diálogo, da conversa. O Ver. Cláudio Janta e outros Vereadores, como o próprio Presidente Cassio Trogildo, sabem que eu, ao contrário do senso comum que existe sobre o Parlamento, que a gente vem aqui na tribuna falar para os eleitores, para a TVCâmara e que parece que o debate não é real, não é sincero. Não me encaixo nessa configuração, porque escuto atentamente os meus Pares e muitas vezes mudei de opinião ao estar atento à tribuna. Quero dizer que V. Exa. usou argumentos muito convincentes no sentido de que eu estou apoiando o projeto que está nesta Cidade porque estou no mesmo campo ideológico, desde o começo deste Governo, que 97% dos meus votos são a favor das mudanças estruturais, mas tenho que respeitar a vontade dos eleitores. Gostei desse argumento, já que o Plano Plurianual é um planejamento estratégico do Executivo. Quero dizer que o impacto da sua fala foi tal que,

não é o momento agora, mas usarei o microfone de apartes para requerer que minhas emendas sejam colocadas em bloco e vou pedir aos Pares que votem pela rejeição das emendas. Vou fazer esse requerimento logo mais para que elas estejam em bloco para adiantar a nossa manhã e vou pedir a rejeição. Quero dizer que V. Exa. tem boa participação no convencimento de que tenho que mudar um pouco a postura em relação às emendas neste primeiro ano de Governo e deixar o Governo fazer o seu planejamento. Confio também no trabalho do nosso relator Felipe Camozzato que, se rejeitou as emendas, inclusive as minhas, tem razão para isso, e vou acatar o Ver. Camozzato, os seus pareceres e daqui a pouco farei esse requerimento. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o bloco composto pelas Emendas nº 05, nº 07, nº 08 e nº 12, destacadas, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 10 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O Sr. Luciano Marcantônio (Requerimento): Presidente, solicitamos sejam votadas em bloco as Emendas nº 73, nº 74, nº 75, nº 76, nº 77, nº 78, nº 79, nº 80, nº 81, nº 82, nº 83, nº 84, nº 85, nº 87, nº 88, Subemenda nº 01 à Emenda nº 75, Subemenda nº 01 à Emenda nº 81, Subemenda nº 01 à Emenda nº 83 e Subemenda nº 01 à Emenda nº 84, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O Sr. Professor Wambert (Requerimento): Presidente, solicitamos que sejam incluídas no bloco, solicitado pelo Ver. Luciano Marcantônio, as Emendas nº 48, nº 49, nº 50, nº 51, nº 61, nº 63, nº 64, nº 65, nº 66, destacadas, ao PLE nº 007/17. Aproveito este Requerimento para recomendar a rejeição dessas emendas. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): As subemendas não farão parte do bloco, porque, como a votação é pela rejeição, sendo rejeitadas, as subemendas ficam prejudicadas.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Luciano Marcantônio e do Ver. Professor Wambert. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que os aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem da votação para que possamos, imediatamente, votar o bloco composto pelas Emendas nº 48, nº 49, nº 50, nº 51, nº 61, nº 63, nº 64, nº 65, nº 66, nº 73, nº 74, nº 75, nº 76, nº 77, nº 78, nº 79, nº 80, nº 81, nº 82, nº 83, nº 84, nº 85, nº 87, nº 88, destacadas, ao PLE nº 007/17. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 48, nº 49, nº 50, nº 51, nº 61, nº 63, nº 64, nº 65, nº 66, nº 73, nº 74, nº 75, nº 76, nº 77, nº 78, nº 79, nº 80, nº 81, nº 82, nº 83, nº 84, nº 85, nº 87, nº 88, destacadas, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) O Ver. Luciano Marcantônio está com a palavra para encaminhar a votação do bloco composto pelas Emendas nº 48, nº 49, nº 50, nº 51, nº 61, nº 63, nº 64, nº 65, nº 66, nº 73, nº 74, nº 75, nº 76, nº 77, nº 78, nº 79, nº 80, nº 81, nº 82, nº 83, nº 84, nº 85, nº 87, nº 88, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. LUCIANO MARCANTÔNIO: Colegas Vereadores e Vereadoras, cidadãos e cidadãs, encaminho no sentido de destacar o gesto de grandeza do Dr. Goulart em concordar votar em bloco as suas emendas, mostrando a harmonia, sintonia do PTB com o Governo Marchezan pela rejeição de suas emendas. É mais no sentido de agradecer a grandeza, parceria do nosso amigo e colega, Dr. Goulart, que construiu junto o nosso Líder da Bancada, Ver. Paulo Brum, a rejeição das suas Emendas e a possibilidade de agilizar a votação por serem votadas em bloco, junto com as emendas do Ver. Professor Wambert. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Adeli Sell, o bloco composto pelas Emendas nº 48, nº 49, nº 50, nº 51, nº 61, nº 63, nº 64, nº 65, nº 66, nº 73, nº 74, nº 75, nº 76, nº 77, nº 78, nº 79, nº 80, nº 81, nº 82, nº 83, nº 84, nº 85, nº 87, nº 88, destacadas, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADO** por 1 voto **SIM**; 19 votos **NÃO**; 4 **ABSTENÇÕES**. Ficam prejudicadas: a

Subemenda nº 01 à Emenda nº 49; a Subemenda 01 à Emenda nº 75; a Subemenda nº 01 à Emenda nº 81; a Subemenda nº 01 à Emenda nº 83 e a Subemenda nº 01 à Emenda nº 84.

O Sr. Adeli Sell: Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Fica evidenciado, na votação desse bloco, que não é sério o debate desse PPA e reforça a tese da ficção dessa peça.”

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Apregoo Requerimento de autoria do Ver. Matheus Ayres, solicitando Licença Paternidade, nos termos do art. 218, inc. V, do Regimento, no período de 09 a 13 de agosto de 2017.

Quero cumprimentá-lo, Ver. Matheus Ayres, pelo nascimento de seu filho.

Em votação a Emenda nº 25, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 25, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. JOSÉ FREITAS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu protocolei as Emendas nº 15 a nº 27. Em primeiro lugar, vou repetir o que falei ontem. Enquanto estava de Secretário, senti na carne que, quando não tem uma ação aberta, e através da emenda nós mantemos uma ação aberta, não tem como o gestor fazer uma suplementação. Eu deixei de fazer ações na Secretaria porque não havia uma ação aberta, por isso fiz esse número expressivo de emendas, para ter ações em aberto. Se o Governo vai ter condições de fazer suplementação, isso é outro assunto, mas a minha ideia, e tenho esse entendimento, é de que a ação fica em aberto quando temos uma emenda.

Particularmente esta Emenda nº 25, a qual protocolamos, é para aquisição de móveis e equipamentos de informática para a sede dos Conselhos Tutelares existentes no Município de Porto Alegre. Eu tenho conversado com os conselheiros tutelares e vejo que os mesmos problemas se arrastam. Os problemas de quando fui conselheiro tutelar, lá atrás, de 2004 a 2010, se arrastam até hoje: falta de equipamentos, e os conselheiros tutelares trabalham muito precariamente. A minha ideia com esta emenda é para que, no

caso de o Governo ter condições de fazer suplementação, essa ação esteja aberta para a melhoria dos Conselhos Tutelares. Um abraço.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 25, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, aqueles que se encontram na Casa há mais tempo não irão se surpreender com o que vou dizer agora. Eu sou absolutamente cético em relação ao Orçamento; ocorre toda essa discussão preliminar, Ver. Freitas, com colegas nossos fazendo propostas, discutindo arduamente, vendo aprovadas ou rejeitadas as propostas, sendo encaminhadas ao Executivo, que, em grande parte, veta e, em outras situações, sanciona, mas depois não executa aquilo que estava previsto na emenda. Eu já disse isto há mais tempo, o Ver. Adeli, inclusive, sabe disto muito bem: enquanto o Orçamento não for impositivo, teremos simplesmente que cancelar ou deixar de cancelar o que é proposto na Peça Orçamentária, especialmente no Plano Plurianual, que projeto 2.300, com é o caso, e certamente neste País é impossível prevermos seis meses depois, muito mais razão, Vereador, três anos. Quem sabe como é que vai se comportar a economia nacional nesse período? Nós não desconhecemos que, aqui, a Câmara de Vereadores dispõe, em matéria tributária, de não mais do que 30% do conjunto do orçamento municipal. No resto, nós dependemos da economia nacional, do Fundo de Participação dos Municípios, do Imposto de Circulação de Mercadorias, que é tributo carro-chefe da Fazenda Estadual e do qual o Município tem uma participação razoável na sua redistribuição. Por isso, o meu voto, agora, nesta emenda, é uma homenagem ao autor, especialmente pela forma com que ele apresentou aqui a proposta, num raciocínio absolutamente simples, tranquilo e correto. Ele não pode prever, nos próximos anos, a ocorrência ou não da possibilidade de suplementação, mas quer, ocorrendo esta hipótese, que estas suplementações ocorram para satisfazer uma necessidade que a sua sensibilidade de ex-Conselheiro Tutelar está a lhe indicar como necessária. Por isso, o meu voto vai ser favorável. Eu, que tinha a intenção de simplesmente me omitir de votar as emendas aqui propostas, não consigo me ver nesta condição de equidistância, de lavar mãos; eu não nasci para ser Pilatos. Acho

que uma emenda como esta, com toda a correção com que ela foi apresentada, merece ser aprovada e, por isso, eu votarei favoravelmente. Muito obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 25, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, primeiro eu queria cumprimentar o Ver. José Freitas pela preocupação permanente com a questão dos Conselhos Tutelares. Nós temos também acompanhado a situação da rede dos conselhos tutelares na cidade de Porto Alegre, nós já víamos uma defasagem muito grande, seriam necessários mais quatro conselhos para dar conta do tamanho da demanda da cidade de Porto Alegre, segundo inclusive os estudos do Ministério Público. E mesmo com essa defasagem, há temas que só têm piorado. Infelizmente, não há nenhuma sinalização no sentido de avançar para esses 14 conselhos tutelares necessários para dar conta da proteção da criança e do adolescente, e, ao mesmo tempo, uma série de problemas relativos à infraestrutura, à possibilidade, inclusive os instrumentos básicos para fazer essa proteção em rede das crianças e dos adolescentes, à questão – por exemplo – da dificuldade de transporte para alguns conselhos. Então, nós precisamos fazer um debate de conjunto no sentido de valorização e de permanente busca de cumprimento ao Estatuto da Criança e do Adolescente. Mais do que isso, o que nós vimos no nosso mapa da segurança pública e dos direitos humanos, são os gargalos que muitas vezes na própria rede se impõem para a atuação dos conselheiros. O gargalo, por exemplo, nas ilhas, na Zona Sul, de temas relativos à proteção e à assistência social, ao atendimento em saúde mental, à falta de vagas nas creches e nas escolas de educação infantil, que são temas permanentemente trazidos pelos conselheiros e pelas conselheiras tutelares. Em março deste ano houve uma plenária da assistência social aqui, e, se eu não me engano, a Jurema falou pelos conselhos tutelares trazendo uma série de questões que precisam, obviamente, ser pontuadas, sobre as crianças sob a tutela do Estado, que são retiradas das famílias por serem, muitas delas, vítimas de violência ou negligência, e, evidentemente, têm que estar protegidas pelo Estado, mas na medida em que falha a própria rede de assistência do

Estado, com abrigos superlotados, com a burocracia, o jogo de empurra entre as secretarias de educação, com mais de metade das crianças fora da escola em vários dos abrigos em função dessa burocracia entre as secretarias, com até três crianças dividindo o mesmo colchão, há dupla violência contra essas crianças que deveriam estar sendo cuidadas pelo Estado e que estão tendo os seus direitos também violados pela falta da integração das políticas, e, sobretudo, pela falta do investimento maciço e massivo na garantia de direitos. Então, quero cumprimentar o Ver. José Freitas pela sua Emenda, quero dizer que ela é muito meritória, é muito importante essa preocupação para garantir os recursos para os conselhos tutelares, é uma demanda enorme na cidade de Porto Alegre e precisa, sim, da nossa atenção.

Em segundo lugar, quero dizer ao Ver. Moisés Maluco do Bem que é óbvio que os Vereadores não só podem fazer emendas como devem fazer. Essa ideia de que o PPA, a LDO que foi trazida pelo Vereador aqui não precisam ser emendadas pelos Vereadores. Bom, então talvez não precise mais de Parlamento, se os Vereadores não podem fazer o debate sobre o conjunto das políticas que foram apresentadas pelo Marchezan, discordando ou concordando, não estou dizendo que todos têm que ter a mesma opinião nossa. Mas, desprestigiar as nossas prerrogativas, eu acho que é uma visão autoritária e uma ideia de que o Governo pode passar por cima das instituições e dos mecanismos democráticos da Cidade, não só da Câmara, dos conselhos. Eu acho justamente o contrário, porque o PPA não é a consolidação do programa defendido na eleição. Eu não vi na eleição, honestamente, Ver.^a Sofia, o Marchezan dizer que ia acabar com investimento em cultura, seja no carnaval, seja no *hip-hop*, seja em várias expressões da cultura popular. Eu, honestamente, não vi na eleição dizer que ia tirar totalmente o plano de carreira e os direitos dos municipais ou mexer no direito dos estudantes, como no pacote do transporte. Eu não vi na eleição o Governo dizer que ia botar R\$ 2.700 bilhões em gestão de processos, tecnologia e transparência, quando transparência, hoje, é gratuita na com Internet, e botar menos dinheiro na saúde, na educação e na segurança. Cheque em branco não! (Palmas.) Nós aqui temos um papel e eu espero, independentemente de opiniões sobre as emendas que nós vamos discutir, que respeitem, no mínimo, o papel dos Vereadores. Parabéns, Ver. José Freitas, conte conosco!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 25, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Presidente, obrigada, bom dia a todos e todas. Ver. José Freitas, Ver. Adeli Sell, nós temos uma opinião em relação ao plurianual que já expressamos ontem. Ele deveria ter vindo com largo debate na sociedade, porque um Prefeito eleito tem o grande compromisso de ter propostas, mas de pactuar essas propostas com a sociedade, principalmente ao indicá-las por quatro anos.

Segundo, nós temos uma opinião, claro, o plano plurianual não é uma lei absoluta, no entanto, Ver. José Freitas, concordo plenamente com o senhor, ele tem que abrir janelas, ele tem que indicar os temas, porque ele preside as leis orçamentárias que virão. Então, no tema dos conselhos tutelares, muito pertinente a percepção de V. Exa. de que não tinha janela, de que não tinha previsão, como eu pude ver que não tem nada previsto para a Carris, nem uma janelinha para a Carris. E a Carris ainda não está saneada, ainda está dependendo de valores do Orçamento. Uma Empresa Pública própria da Prefeitura, e é importante que tenha investimento, é transporte público, é referência do Sistema. Eu gostaria de falar ao conjunto de Vereadores e Vereadoras, respeito a posição de quem é do Governo, nós temos um pouquinho de diferença nisso. Acho, Ver. Wambert, Ver. Goulart, que é o seu Governo. Se vocês entendem assim, e acho que nós, provavelmente, estando no Governo, estaríamos tencionando o Governo para fazer uma peça bastante democrática e, aqui na Câmara, estaríamos evitando dispersão. Então há uma compreensão. No entanto, há, nesse momento do Parlamento - que é uma instância que abre mais do que a visão majoritária de um Governo, que é uma instância plural, representativa do conjunto da sociedade, Ver. Camozzato – um momento importante de diálogo, de mediação de um Governo Democrático, Ver. Janta. É importante olhar cada para tema que o Vereador chama a atenção, “olha aqui está desprestigiado”, “aqui está a menos”, “aqui não tem sequer uma janela”. Parece sim, muito salutar. Acho que é bem importante essa visão que o Vereador Bosco colocou aqui. Em princípio não propõe, mas está olhando os temas. É uma visão de considerar as demandas sociais, a pauta colocada pela Cidade. Para nós, o Plano Plurianual é uma forma concreta de irmos escrevendo um processo democrático para aproximar, da sociedade, o uso do

equipamento, que é resultado da sociedade e que ela teme expectativas, tem demandas. Nós estamos lutando, por exemplo, que o *hip-hop* tenha a sua semana, que a Capoeira tenha a sua semana. Essa visão das festas, Vereador Moises, não pode ser absoluta, por que um trabalho social, popular, de cultura popular nas periferias é muito importante para encaminhar a nossa juventude para alternativas de vida, de sociedade, de projeto de vida que não seja a violência, que não seja o abandono e o uso de drogas. Então, elas também são importantes, são tão relevantes, quanto uma política forte de Educação, quanto uma política forte de Saúde. Uma pena que foram rejeitadas as emendas para a Saúde do Ver. Oliboni. Provavelmente, o Ver. Dr. Goulart abriu mão de suas emendas para a Saúde, e tem muitas demandas fundamentais na Saúde. E fecho dizendo o seguinte: Nós vamos apoiar a Emenda dos Conselhos Tutelares. A violência contra as crianças, contra as meninas e meninos, não terminou em Porto Alegre. Ela é muito grave, eu vivi isso, nesta semana que passou, no sábado de tarde, duas meninas com sacolinhas e que saíram de casa de tanto apanhar, e foi muito importante eu poder ligar para a Loiva, uma conselheira tutelar no Humaitá, ela vir ali, fazer o contato com o plantão. Nós ficamos muito felizes porque teve um encaminhamento concreto, e nós precisamos dar suporte aos Conselhos Tutelares, a rede de atendimento à criança tem que funcionar. A FASC não pode ser terceirizada! Essa é uma questão de vida e morte, de segurança, de condição de sobrevivência de nossas crianças, meninos e adolescentes, e nós não podemos abrir mão, o Estado não pode abrir mão, o Município precisa assumir o seu papel. Para nós, o Plano Plurianual tem que prever os direitos da criança e do adolescente como prioridade absoluta. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 25, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 22 votos **SIM**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 52, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 52, destacada, ao PLE nº 007/17, como autor.

O SR. ALVONI MEDINA: Bom dia, Presidente, nobres Vereadores e Vereadoras, esta emenda fala sobre mais cultura, lazer, esporte e uma praça acessível para as crianças com deficiência. Justificativa (Lê.): “A presente emenda tem por escopo dar efetividade a Lei nº 10.883/10, que determina a instalação, nas áreas públicas destinadas ao lazer ou a recreação no município de Porto Alegre, de, no mínimo, um equipamento para lazer e recreação infantil adaptado a crianças com deficiência física ou mental. A maioria dos brinquedos instalados nos parques e áreas de lazer no Brasil foi desenvolvida para pessoas que não apresentam deficiências físicas e, portanto, não oferecem reais possibilidades de uso por crianças com deficiência”. Quero apenas lembrar aos nobres Pares, a maioria aqui tem ou já teve filhos pequenos, vocês sabem a felicidade de uma criança ao ter a oportunidade de estar numa praça, de brincar, de ter o convívio com as demais crianças. (Lê.): “O acesso a esse tipo de equipamentos de entretenimento constitui-se em ato da maior importância, não apenas por retratar o direito que as crianças com deficiência têm de usufruir desses espaços, mas também porque, por meio das brincadeiras, a criança inicia o seu processo de autoconhecimento, vivencia experiências com o meio externo e, a partir de relações vinculares, passa a interagir com o mundo. A instalação de brinquedos adaptados nos parques e áreas de lazer permitirá que a criança com deficiência, em geral mais retraída devido à dependência motora, desfrute do prazer de brincar com liberdade, em perfeita harmonia com as outras crianças. O ato de brincar possui um efeito biológico e psíquico estimulante, contribuindo positivamente para o crescimento pessoal”.

Quero pedir às Vereadoras e aos Vereadores que deem o direito a essas crianças de serem felizes, mesmo com suas deficiências. Quero agradecer o carinho. Tenho certeza – como já foi aprovado na gestão anterior – de que vamos dar a essas crianças a oportunidade de terem o seu lazer, de poderem ser felizes como as demais crianças. Quero pedir também a rejeição das Emendas nº 53 e nº 54. A votação pode ser feita em bloco. Agradeço a todos o carinho. Que Deus os abençoe!

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 52, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADA** por 20 votos **SIM**; 3 votos **NÃO**.

O Sr. Alvoni Medina (Requerimento): Sr. Presidente, solicito que sejam votas em bloco as Emendas nº 53 e nº 54, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Alvoni Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 53 e nº 54, destacadas, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) O Ver. Alvoni Medina está com a palavra para encaminhar a votação o bloco composto pelas Emendas nº 53 e nº 54, destacadas, ao PLE nº 007/17.

O SR. ALVONI MEDINA: Sr. Presidente, peço a rejeição das Emendas nº 53 e nº 54. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o bloco composto pelas Emendas nº 53 e nº 54, destacadas, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **REJEITADO**, com o voto contrário do Ver. Adeli Sell e a abstenção do Ver. Felipe Camozzato.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação da Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Felipe Camozzato: Sr. Presidente, apenas um aparte de Relator: a análise, segundo os critérios da relatoria, foi pela rejeição, entendendo que ele direcionava recursos para a cultura, e essa não seria uma área prioritária. Ela pode ser compreendida

como direcionamento para a educação. Então, dessa forma, de acordo com os critérios de relatoria, poderia estar enquadrada.

O Sr. Cláudio Janta: Sr. Presidente, eu queria saber se o Relator encaminha pela aprovação da emenda, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Ele não fez um encaminhamento, Vereador, ele fez só um esclarecimento.

O Sr. Cláudio Janta: Sim, mas eu queria saber se o esclarecimento dele quer dizer que está errado o relatório e que daria para aprovar. O Governo necessita disso, Presidente.

O Sr. Felipe Camozzato: Eu encaminharei pela abstenção.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação a Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Por uma questão de ordem, Presidente, eu pedi que essa emenda fosse apreciada antes, porque muitos dos argumentos dos Vereadores que falaram e me antecederam, não entrando no juízo de valor sobre a posição de cada Vereador sobre o PPA, foram de que os valores poderiam ser corrigidos no orçamento, e tem lógica, é verdade. Quando existe uma rubrica específica para determinadas ações, se podem fazer as correções na lei orçamentária que nós receberemos em outubro, para apreciar até o final do ano. Entretanto, essa emenda cria uma ação que não veio no PPA, no Plano Plurianual, e precisa, portanto, de uma janela, para que ela possa estar contemplada no orçamento. Esse Plano Municipal do Livro e da Leitura foi uma construção coletiva que envolveu diversos atores, bibliotecários, escritores, ativistas e bibliotecas comunitárias num processo muito conhecido pelos Vereadores que estavam na Legislatura 2009/2012, e que tem se consolidado como uma importante política pública de incentivo ao livro, de acesso às políticas de formação de leitores numa construção que, a partir de uma portaria interministerial de 2006, criou a determinação para que os

Municípios estabelecessem seus planos municipais do livro e da leitura e seus planos estaduais do livro e da leitura. Porto Alegre é reconhecida nacionalmente como uma cidade que fez essa construção de uma maneira democrática, de uma maneira inclusiva. Nós nos reunimos com as 17 Regiões do Orçamento Participativo, discutimos os quatro eixos, que são a formação de leitores, a formação de mediadores, a cadeia produtiva do livro e a valorização simbólica do livro, em cada uma das audiências que reuniram mais de duas mil pessoas na cidade de Porto Alegre. O Plano foi uma construção aprovada por unanimidade na Câmara de Vereadores, e eu destacaria o empenho do Ver. Adeli, da Ver.^a Sofia, do Ver. Toni Proença, do Ver. Reginaldo Pujol, que ativamente participaram da Frente Parlamentar de Incentivo ao Livro e à Leitura durante essa construção que fizemos na Legislatura de 2009/2012. À medida que o Plano virou lei, se criou um Conselho Municipal do Livro e da Leitura, eleito democraticamente, que gere esses recursos. Todos os anos, nos Governos anteriores, a Câmara de Vereadores abriu essa janela que nós estamos propondo com a Emenda nº 59, para que o Município dotasse de recursos o Plano Municipal do Livro e da Leitura. Esta Câmara, de maneira unânime, salvou orçamentos do ano passado, do ano retrasado, inclusive, para este ano. E, a partir da votação desta Câmara, hoje as ilhas têm uma biblioteca; a partir da votação desta Câmara, se instituiu uma importante política de leitura, que é saudada pelos veículos de comunicação, como o Bibliotáxi, a partir do Plano Municipal do Livro e da Leitura e do comitê gestor. Nós sabemos que essa construção é uma construção da cidade de Porto Alegre, não é desta Vereadora, não é dos Vereadores que participaram da Frente, mas é do conjunto dos escritores Caio Riter, Christian David, Charles Kiefer, que ajudou lá no início, no Livraço; Dilan Camargo, uma série de escritores que nos ajudaram sistematicamente a transformar em lei as metas do livro e da leitura. Essa ideia do Plano Municipal, surgido em 2006, é uma ideia de transformar em política de Estado as ações que desenvolvem a formação de leitores e a formação de mediadores, para que não se fique sujeito, a qualquer mudança de Governo, a uma alteração nas políticas públicas que permitem que muitas crianças tenham contato com o livro, com a leitura, com a literatura, com as artes de uma forma geral. Isso nós estamos consolidando, ao longo dos anos, na cidade de Porto Alegre. É claro que nós queremos mais. É evidente que precisa de mais bibliotecas comunitárias nas periferias, é evidente que nós precisamos avançar no Rubem Berta, é evidente que a única biblioteca que tem na Restinga, que é um ramal da

Biblioteca Josué Guimarães, precisa ser equipada; é evidente que nós precisamos de bibliotecas comunitárias na Lomba, embora lá tenha uma biblioteca construída pela comunidade, pelo Ipdae, que é um exemplo de biblioteca comunitária, e está aqui o Maricato, que acompanhou, quando secretário adjunto, essa nossa construção. E essa nossa construção precisa ter uma janela no PPA, os valores que nós estamos propondo são pequenos, é R\$ 15 mil para o ano que vem. Depois, no orçamento, nós vamos discutir, mas, mais importante do que salvar valores, para nós, hoje, é abrir essa janela. Eu queria contar com o voto dos Vereadores e das Vereadoras pelas crianças, pelo direito ao livro e à leitura, pela formação de mediadores.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; queria iniciar fazendo alguns esclarecimentos. Primeiro, a questão de vários recursos que falo aqui para a tecnologia. Nesses recursos, está dentro o Governo, falei isso ontem, está a administração do Governo. Dentro desses recursos da tecnologia, além de estar a administração do Governo, está dentro a empresa de processamento de dados do Governo e está dentro a automação do Governo, toda a automação que tem que ser feita na cidade de Porto Alegre em todos os setores, seja na segurança pública, seja na saúde. A questão da emenda da Ver.^a Fernanda, em função do relatório que o Ver. Camozzato fez... Quando eu pedi esclarecimento, eu não pedi esclarecimento sobre o voto do Vereador, eu pedi esclarecimento sobre o relatório. O Vereador tem a sua opinião, mas ele fez o relatório da comissão, o relatório desta Casa. Se eu fiz um relatório e aprovei esse relatório, eu não tenho mais que me abster, eu tenho que votar a favor do meu relatório, eu tenho que votar a favor das convicções que eu botei nesse relatório. Se eu disse que uma emenda é “não”, ela é “não”, ela não é “abstenção”. Conversando com vários Pares, nós até somos simpáticos à emenda da Ver.^a Fernanda. Só que nós não podemos aprovar a emenda de um Vereador que, depois, vota contra o Plano Plurianual, contra o nosso plano. Não tem por que nós votarmos a favor da emenda da Ver.^a Fernanda, se, no montante, a Ver.^a Fernanda é contra tudo que nós estamos construindo

para a cidade de Porto Alegre: um projeto que nós acreditamos que vai melhorar a vida das pessoas, um projeto que, queira ou não queira, foi de interesse das urnas; um projeto que, queira ou não queira, está fazendo o que é necessário para a cidade de Porto Alegre. Eu vou pegar um exemplo simples, muito simples: quando nós falamos que temos que melhorar a questão do saneamento em Porto Alegre, dizem que nós queremos privatizar o DMAE. Hoje de manhã, em todos os jornais, diz que a Corsan vai resolver o problema do saneamento da Região Metropolitana de Porto Alegre. Eu não vi, até agora, ninguém subir aqui e dizer que o Governo do Estado quer privatizar a Corsan. Eu não vi! É necessário fazer o que nós queremos fazer aqui em Porto Alegre, e é necessário fazer o que vai ser feito no Governo do Estado. É muito necessário.

Nós estamos fazendo políticas para Porto Alegre, assim como o Plano Plurianual, o orçamento; estamos fazendo políticas muito além do que a população de Porto Alegre acha, e nós, com certeza, vamos entregar à cidade de Porto Alegre. Nós precisamos resolver muitas questões de Porto Alegre, principalmente a questão dos alagamentos na Cidade, e o Governo do Estado sabe disso.

Eu já vi que vários Vereadores levantaram o braço, provoquei os colegas para falar. Agora, não tem como nós aprovarmos a emenda da Ver.^a Fernanda, porque a Vereadora não irá aprovar o nosso Plano Plurianual. Não tem por que aprovarmos uma emenda de alguém que não vai votar a favor do Plano Plurianual. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; aproveitando a discussão sobre a emenda apresentada pela Ver.^a Fernanda, eu sou disciplinado à decisão que a nossa bancada tomou em dois aspectos. Primeiro, não apresentamos, nem individual nem coletivamente, emendas ao PPA, mas fechamos questão que vamos, criteriosamente, analisar e apresentar emendas à Lei Orçamentária Anual – LOA, que serão apreciadas aqui nesta Casa, até porque é a LOA que vai influenciar no dia a dia do cidadão, na melhoria dos serviços, naquilo que a população deve receber do Poder Público Municipal. Pode ser que, a partir de 2018, o Poder Público

Municipal comece a governar elegendo prioridades, e não achando culpados, isso é um primeiro ponto. Outro ponto que queria destacar é que o Ver. Cláudio Janta, Líder do Governo, fez uma comparação com a proposta da Corsan, veiculada ontem na mídia, de aproveitar as Parcerias Público-Privadas para ampliar o tratamento do esgoto no Estado, fazendo um comparativo com um projeto de emenda à Lei Orgânica que foi recentemente protocolado pelo Executivo nesta Casa. Quero lembrar – o Vereador sabe disso – que quem ampliou o tratamento de esgoto em Porto Alegre, de 27 para 78%, foi o Programa Integrado Socioambiental, com recursos internacionais do Governo anterior. Então, aqui em Porto Alegre, não temos esse déficit. Queria sugerir ao Ver. Janta que entrasse em contato com o setor de comunicação do Governo Municipal, para buscar dicas de como se informa a população quando se buscam parceiros privados. O Prefeito teve que desmentir no jornal uma primeira veiculação desastrosa do projeto de emenda à Lei Orgânica, que veio como se fosse a privatização do DMAE. É natural que se arvorem contra a privatização não só os servidores do DMAE, mas o cidadão que teme por pagar, futuramente, um valor mais alto pela tarifa de água, Ver. Cecchim. O que há, talvez, é muito discurso de transparência e pouca informação correta para a população.

Faço um convite aos Vereadores da base do Governo, à sociedade, que é interessada no assunto – não vamos fazer politicagem com essa discussão –, para um debate, um esclarecimento à população do que representa a proposta de emenda à Lei Orgânica relativa ao DMAE, na próxima terça-feira, dia 15, às 10h, na reunião da Comissão de Saúde e Meio Ambiente, a qual presido neste ano. Nós queremos que a sociedade conheça, que os Vereadores se apropriem mais dessa matéria. Até vi um colega nosso, Vereador licenciado desta Casa, ontem, chamando todo mundo de incoerente pela posição que tem sobre a Corsan, ou sobre o projeto do DMAE. Ninguém tem posição sobre isso ainda, porque estamos amadurecendo o debate aqui na Casa, aliás, este projeto sobre o DMAE nem chegou, Ver. Mauro, ao plenário. A primeira discussão que será feita aqui na Câmara sobre ele será na terça-feira. As pessoas gostam muito de se comunicar pelas redes sociais, talvez por isso tenhamos que chamá-las em comparecimento para compartilhar momentos conosco nesta Casa. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. MAURO ZACHER: Bom dia, colegas Vereadores, povo que nos assiste das galerias; quero fazer uma homenagem especial ao nosso amigo Bochecha, ao Pelé, aos amigos que acompanham, ao Alan, que está aqui presente. Daqui a pouco, discutiremos a emenda que trata dos recursos para o carnaval de Porto Alegre.

Ver. Janta, que nos puxou para o debate, nós estávamos debatendo a emenda da Ver.^a Fernanda com seus méritos de incluir no PPA um pequeno recurso. Na verdade, o que a Ver.^a Fernanda está fazendo é grifar numa lei que, para mim, é extremamente relevante, embora o Ver. Adeli tenha trazido ao debate que se trata de uma peça de ficção... Pode até ser, mas está na lei, está grifado. As suas convicções acho que permeiam entre vários neste plenário.

Eu faço essa comparação, Vereadora, porque esta semana, o Secretário de Cultura, que, a meu ver, fez uma triste comparação, chegando ao ponto do ridículo de comparar Caetano Veloso com Marchezan, não tem comparação... Mas o ridículo, às vezes, permeia, e nós temos que conviver com ele. Se essa comparação do Secretário fosse verdade, eu ficaria com as bochechas rosadas, Líder do Governo, e nosso amigo Moisés Maluco do Bem, se esse Prefeito comparado ao Caetano dissesse “não” a R\$ 15 mil do PPA para a leitura. Mas onde é que nós estamos? Desculpe, Vereador, que é o Relator e que disse: “Para mim, cultura não é prioridade”. Não sei que Cidade se está construindo! Nós estamos distorcendo aquilo que há de mais relevante, de mais importante para a Cidade, que é a sua cultura. Não são seus prédios, suas vilas, suas estruturas; o que há de mais relevante na construção de uma cidade é a sua cultura, e é por isso que, com muito orgulho, eu apresento uma emenda ao PPA, junto com outros companheiros, para que façamos uma bela discussão pelo carnaval de Porto Alegre. Quero grifar isso, porque, se há um Secretário de Cultura que tem coragem de comparar o Prefeito e de enfrentar o ridículo na cidade de Porto Alegre, ele teria que estar aqui conosco dizendo: “Meu companheiro da base, vote a favor desta emenda, vamos botar no PPA R\$ 15 mil para a leitura.” Quero fazer aqui o meu registro diante do que estamos vivendo, neste momento, em uma votação tão importante.

Em segundo lugar, vou falar sobre o projeto que permite a privatização do DMAE, ou, como alguns do Governo defendem, as Parcerias Público-Privadas. Eu tenho uma defesa incondicional, porque, para mim, a questão da água é estratégica. Não é uma defesa incondicional, nem contrária às PPPs, que podem ser um modelo de financiamento dos governos. Agora, quem conhece o DMAE profundamente sabe que se trata de um órgão que, em vários momentos, chega quase à excelência. Para mim, o DMAE é um órgão de referência, tem sido um órgão de arrecadação, permitindo que o Município possa, inclusive, captar recursos e reinvestir.

Quero registrar que não há comparação, Ver. Carús, em relação à Corsan, que passa por diversas dificuldades, principalmente, de investimentos. Os Municípios não têm tido retorno daquilo que a Corsan vende. Enfim, é uma bela discussão. Eu não estou aqui dizendo a minha posição formal, mas acho que o caso da Corsan não é a mesma coisa, não leva ao DMAE, porque, no DMAE, temos investimentos permanentes, que têm permitido acesso das pessoas à água. É o Pisa; o DEP, o ex-Prefeito Fortunati chegou a anunciar que havia recursos garantidos do Governo Federal para que fosse feito o DrenaPOA, que vai qualificar, assim como o conduto forçado Álvaro Chaves, que nós finalizamos ainda no Governo Fogaça. Registro aqui, porque acho que o debate das emendas vai permitir que, na manhã e na tarde de hoje, façamos discussões importantes através do PPA, que são as diretrizes do orçamento do Município, para saber que governo nós teremos para os próximos quatro anos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17, pela oposição.

O SR. ADELI SELL: Caríssimo Presidente, colegas Vereadores, senhoras e senhores; vamos com calma, nesta manhã de 10 de agosto, analisar a proposição trazida pela Ver.^a Fernanda. O Ver. Mauro acabou de colocar de forma muito clara, cristalina o absurdo que estamos vivendo. Ele fez as comparações do artigo do nosso Secretário, que nós respeitamos. Ele veio aqui de peito aberto, discutiu problemas, nós já fomos falar com ele sobre vários assuntos, continuaremos a falar com cada um dos Secretários e, principalmente, com aqueles que abrem as portas para a gente debater. Muitas vezes,

não somos atendidos, nós estamos num conflito financeiro, fiscal, de concepção do social. Agora, colocar que a Ver.^a Fernanda não está preocupada com a Cidade, ou que está se colocando contra um projeto de cidade não é aceitável. A Ver.^a Fernanda tem se preocupado com a questão da cultura, especialmente do livro e da leitura, como poucas pessoas nesta Cidade, Ver.^a Sofia, e nós elevamos sempre não só o nome, mas a atitude de cada um e cada uma das Vereadoras. Quando eu venho aqui e converso com a Ver.^a Comandante Nádia sobre algumas das suas ações, como na questão do combate ao feminicídio, nessa luta pela Maria da Penha, é porque, de fato – não é uma bajulação –, a Vereadora está empenhada nisso e tem ações concretas para mostrar. Querer enquadrar o Ver. Camozzato na sua postura de voto do partido e da bancada, gente, vamos saber separar um pouco! O Ver. Camozzato vai na Comissão dele e faz um relatório da Comissão. Eu estou fazendo um longuíssimo parecer defendendo uma proposição do Ver. Cláudio Janta que eu farei questão de ler de A a Z e mandar para todos os colegas, porque não é só o debate que acontece intramuros da CCJ que conta. Este projeto virá para cá, um brilhante projeto, simples. A sua assessoria fez um arcabouço perfeito, Alexandre, e eu estou mostrando como foi bem construído e como a douta Procuradoria da Casa erra de A a Z colocando dois questionamentos, como se fosse um questionamento legal. Que barbaridade! Tem que ler com mais calma, não ficar repetindo de forma automática. Parece que o cara está fazendo marcha de ônibus. O tempo inteiro – não é, Paulinho? –, já sabe onde tem que aumentar, diminuir, fazer a marcha na Cavalhada. Não pode ser assim! As coisas são mais complexas, não pode botar no ponto morto.

Ontem parecia que a gente não ia nem discutir nada, hoje está vendo que tem discutir mais, refletir mais, pensar mais, pensar a Cidade. Nós queremos fazer a Cidade. Quem é que disse que só o Prefeito pensa a Cidade? A Cidade é pensada pelo todo, pelos seus 1,5 milhão de habitantes. Aqui tem um Poder Legislativo, que tem que ser respeitado. Nós temos que mostrar mais altivez, mais independência. Eu já debati com a minha bancada, debato com a bancada de oposição, com os meus amigos do PSOL. Nós votamos, inclusive, coisas discutindo as contradições que nós vivemos, principalmente nós, do PT – não é, Sofia? –, que já fomos Governo. Mas não está escrito em nenhuma cartilha que se faz um relatório e tem que votar “x”. Onde está escrito isso? Por isso, a minha solidariedade ao Camozzato, e o meu voto com a Fernanda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; depois que o ex-Secretário de Obras fez aqui uma defesa empolgada da cultura, eu estou encantada e estou elogiando, Ver. Mauro Zacher. E fiquei triste, Camozzato, em ver que um dos critérios para a não aprovação é que a cultura não é prioridade. Acho que a gente não pensou em assistir a isso na cidade de Porto Alegre. Por acaso está comigo... (Mostra fôlder.) ...“Lisboa em Pessoa.” O que seria de Portugal sem Fernando Pessoa? O que seria da França sem Monet? O que seria da Itália sem Michelangelo? O que é um país, uma cidade sem a sua história e as emoções expressas nas suas obras de arte, na sua arquitetura, na sua ambiência, na sua música? Isso é da humanidade; fora isso, é barbárie. E se uma cidade abrir mão de fomentar a permanente pesquisa, a manifestação cultural, a vivência cultural, o acesso aos bens culturais, a circulação de bens? Uma cidade que abre mão disso, que deixa de investir em cultura é uma cidade fadada à mediocridade, fadada à violência, fadada às relações fragmentadas e às relações de pouco cuidado. Porque gostar de uma cidade – é a frase inicial da Clarice Lispector –, admirar, achar bonito é uma forma indireta de conhecer. Então, se não aprendermos a apreciar, não conheceremos, não tomaremos pertencimento, não nos tornaremos parte dessa cidade, não a preservaremos. Não haverá política pública que resista, que sobreviva. Não há espaço público, patrimônio público que fique intacto, que seja cuidado, que seja preservado, se a população não achar que é seu, se ela não aprender a apreciar, se ela não vivenciar, se ela não se sentir um ser de cultura e um ser pertencente a essa cidade.

Portanto, Ver.^a Fernanda Melchionna, uma das más notícias do recesso foi o fim do “Adote um Escritor”. Eu viajava e recebi essa notícia. Um programa maravilhoso, que une educação e cultura, que leva o nosso escritor ou escritora para dentro da escola. Os alunos, a partir da leitura dos livros – portanto, tem que comprar os livros anualmente, porque são outros autores, tem que comprar em quantidade para que os alunos possam ler –, recebem o autor, vêm na Feira do Livro, depois tem o fomento de comprar. Isso é

uma ativação cultural, que é a alma da educação. Quanto mais a cultura se afastar da educação, mais a educação entra em crise. Alguém já escreveu que, agora não lembro mais, acho que foi o ex-Secretário de Cultura do Rio de Janeiro, quanto mais a cultura se afasta da educação, mais a educação se afasta da cultura, mais a crise na educação se aprofunda. Portanto, as emendas da cultura têm que ser todas recebidas. As emendas da cultura têm que ser recebidas como contribuição, como manifestações de resistência desta Cidade.

Não dá para vir aqui afirmar que nós temos que privatizar, que nós temos que fazer essa fala determinada, esse determinismo que anuncia o Ver. Janta. Nós já sabemos que o Governo tomou a decisão de abrir uma consulta pública, manifestação de interesse, para negócio do Mercado Público. Pergunte à cidade de Porto Alegre! A cidade de Porto Alegre não pertence a um prefeito, a nenhum dos prefeitos que passaram. Pergunte a ela, à cidade, se ela quer abrir mão do Mercado Público, que é público, democrático, inclusivo, popular e barato em vários dos seus itens, e referência para preço, tanto para o produto de alto nível quanto para o produto mais popular. Pergunte à cidade de Porto Alegre se ela quer que a sua água, de que tanto ela se orgulha por ser a melhor do Brasil, seja privatizada. Porque, sim, foi encaminhada para cá a privatização. Eu sei que agora a Cidade está se organizando, não mais os secretários, e a Cidade vai abraçar o DMAE na semana que vem, todos nós seremos convidados.

Nós vamos votar com essa emenda, porque o Plano Plurianual tem que retratar o que a Cidade construiu e o quanto ela sonha, o quanto ela quer ampliar horizontes, o quanto ela quer alargar, o quanto ela quer apostar, porque não nos basta o que está aí, e perder o que está aí. O caminho de abrir mão de gerenciar é o caminho de quem se considera incompetente. Então, que o Prefeito diga: “Eu sou incompetente, eu não consigo resolver o problema da Carris; eu sou incompetente, eu não consigo continuar investindo em água e saneamento; eu sou incompetente, eu não consigo gerenciar o Mercado Público”. É uma declaração de incompetência se ele abrir mão dessas questões centrais para a cidadania da cidade de Porto Alegre. Esta Câmara não pode concordar com isso, não pode ser solidária com a retirada do estado das questões essenciais para a nossa qualidade de vida. Toda a força para a cultura!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver. Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA MÔNICA LEAL: Presidente Cassio, Vereadores, Vereadoras, público que nos assiste e nos acompanha pela TVCâmara; eu escutei atentamente as manifestações e estudei a emenda da Ver.^a Fernanda. Entendo a preocupação dela em fazer um aporte de 15 mil, em 2018; 50 mil, em 2019; 80 mil, em 2020; e 150 mil, em 2021. Mas, Ver.^a Fernanda, a senhora fique tranquila, porque este Governo, pelo que estudei, está bem preocupado, atento ao planejamento, à aplicação de políticas culturais respaldando todo o movimento já existente de artistas, de criadores, fazedores e mantenedores da cultura, como bem prioritário para os Governos. Nós sabemos que, onde houver cultura, há de haver transformação. Eu fui Secretária da Cultura do Estado durante quatro anos, e me empenhei muito em todos os projetos que tinham como objetivo o livro, sabedora de que o livro é a ferramenta, é o instrumento cultural com um poder enorme, capaz de despertar, de transformar o indivíduo. Eu me empenhei em saber o que este Governo tem como objetivo, e quero dizer à senhora e a todos os Vereadores que existe um desconhecimento por parte das pessoas que estão criticando. Números a gente não pode contestar. Vamos lá: em 2018, estão previstos 283 mil; 2019, 295 mil...

(Aparte antirregimental)

A SRA MÔNICA LEAL: Para o livro, Plano Municipal do Livro e Leitura, está aqui para quem quiser se certificar. Então, 283 mil para 2018; 2019, 295 mil, quase 300 mil; 2020, 309 mil; 2021, 323 mil; total, 1.200 mil. Ora, Vereadora, é só pegar o material. Nós não podemos, de forma alguma, brincar com a população. Eu entendo que existem diferenças, eu também tenho minhas diferenças quanto a muita coisa que está acontecendo, mas cultura é algo que este Governo, pelo que está aqui, está cuidando. Eu não vou, de forma alguma, permitir, como ex-Secretária da Cultura do Estado, preocupada com o livro, que é um instrumento importantíssimo, que se faça alguma tentativa de confundir a população, dizendo que o Governo Marchezan está no descaso com a cultura.

Por favor, leiam, se aprofundem na matéria, como eu fiz, porque aí vamos ter consciência de que o Governo está, sim, preocupado com a cultura e, principalmente, com o instrumento “livro”. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Bom dia, novamente, aos colegas. Uma pena, não sei se a Ver.^a Sofia ainda está no plenário, mas eu sugeriria que a Vereadora prestasse mais atenção quando eu viesse à tribuna explicar quais foram os critérios adotados para fazer o relatório. Eu deixei bastante claro o critério que versava sobre educação, saúde e segurança. O Governo tem autonomia para propor suas ações e programas, lá dentro das ações previstas pelo Governo tinha programas e ações de cultura, estavam com recursos alocados, e nesses eu não mexi. O critério foi aplicado em emendas de Parlamentares que ultrapassavam a autonomia do Executivo e, inclusive, criavam programas. Agora, falar que cultura não é prioridade, que eu estabeleci isso e que estaria fazendo um julgamento de valor... A cultura está dentro da educação, é por isso que fiz um aparte sobre essa emenda que estamos discutindo agora, mas vir aqui na tribuna fazer discursinho populista: “O Camozzato acha que cultura não é prioridade...” Por favor, Vereadora, a senhora já tem idade para entender que não se trata disso, e já tem experiência de Câmara para entender quando um Vereador apresenta, quais são seus critérios para estabelecer uma aprovação ou rejeição de matéria, o que está disponível para todo mundo consultar, está disponível no parecer. Não sei se a senhora leu o parecer e o relatório, mas está muito claro: eu disse que o critério para exclusão de emendas era ultrapassar a autonomia do Executivo no seu relatório, no seu PPA. O Executivo teve total autonomia, e estão lá seus programas, como a Ver.^a Mônica bem apontou. Então, que fique claro isto: esse entendimento de que cultura não é prioridade não procede, preste mais atenção no momento de fazer a sua fala. Eu tenho convicção sobre as minhas posições, e ela está demonstrada na minha abstenção em todas as posições de emendas, porque fiz o parecer do relatório do PPA, e a minha posição sobre ser favorável ou contrário a cada uma das emendas está destacada ao eu ter rejeitado 76

pág. 32

delas e ter aprovado doze. A minha abstenção aqui, portanto, é uma deferência que eu faço ao plenário, que é soberano na decisão de suas matérias. Eu não preciso me posicionar aqui, até porque não preciso ajudar o Governo. Se lhe interessa, quando o Governo não conseguiu a maioria de votos para rejeitar essas emendas, como aconteceu ontem, em que quatro emendas passaram, o meu voto contrário não faria absolutamente nenhuma diferença. Eu não preciso destacar minha posição e deixar minha convicção de lado, sendo que ela está muito clara no meu parecer, no meu relatório e nas minhas posições aqui, ao dizer que rejeitei 76 e encaminhei pela aprovação 72 emendas. Deixo, portanto, a autonomia que o plenário tem para definir o que fazer com essas emendas que estão sendo destacadas. Obrigado pela atenção.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 59, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

O Sr. Idenir Cecchim: Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão a V. Exa. e aos demais colegas: que se faça logo a votação.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Pelo jeito, foi acolhida a sugestão do Ver. Idenir Cecchim. Temos prazo, vamos continuar até quando as Sras. Vereadoras e os Srs. Vereadores entenderem.

O Suplente Jorge Cuty assumirá no lugar do Ver. Matheus Ayres, em função da impossibilidade de os Suplentes Fernanda Niendicker Caldas Jardim, Tarso Roveda Boelter e Alvaro Araujo assumirem a Vereança. Solicito ao Suplente Jorge Cuty que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o compromisso que o Suplente Jorge Cuty prestará a seguir.

O SR. JORGE CUTY: "Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo." (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Declaro empossado o Ver. Jorge Cuty. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Jorge Cuty, V. Exa. integrará a Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Juventude – CECE.

Em votação a Emenda nº 55, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 55, destacada, ao PLE nº 007/17, como autora.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: A Emenda nº 55 trata do Fumproarte, e eu não acho nada mais pertinente, Ver. Mauro Zacher, a quem agradeço o pronunciamento, do que debater o Fumproarte neste momento, porque honestamente, Ver.^a Mônica, eu acho que vivo numa cidade diferente da senhora. Nós vemos um Governo que está desmontando todos os recursos parcos que temos para a cultura. Primeira vez na história de Porto Alegre, desde 1940, que nem um centavo de dinheiro público foi posto no carnaval. Desde 1940, tem recursos públicos para colocar e ajudar um evento que é da cultura popular, que tem uma cadeia produtiva, e o Governo da senhora não botou um centavo, chegou aos 45 minutos do segundo tempo e disse que não ia dar dinheiro, teve uma crise, porque até o PPCI passou para as escolas no primeiro dia de carnaval. Pela primeira vez, em décadas, não houve desfile, porque esse Governo terceirizou até a sua responsabilidade. O Fumproarte, da mesma maneira: estão devendo, desde 2015, projetos que foram executados, trabalhados e realizados! Esse Governo não quer pagar, botou lá no projeto de lei do calote que votamos contra. Acho que tem gente que tem que calotear: as empresas envolvidas na corrupção do DEP, da FASC, mas essas, até hoje, seguem na Prefeitura. Aí o calote é sobre os artistas que dependem do cachê e do serviço executado. Mais do que isso, o Governo Marchezan quer fazer uma inovação: o primeiro programa de leitura, como disse o nosso escritor Airton Ortiz, sem livros, na história! O Secretário veio a esta tribuna e falou que o "Adote um Escritor" não era "adote uma editora". O Secretário tem que entrar numa escola, porque não existe programa de leitura sem livro. Eu sou bibliotecária, trabalhei em escola. Eu quero que me ensinem qual

é o programa de leitura sem livro que ele quer fazer! Que o escritor caia de paraquedas, de uma nave espacial, dentro da escola, sem que os alunos tenham tido contato com um livro do escritor? Ele quer fazer isso para quê? Felizmente, os escritores de Porto Alegre têm dignidade, porque eles não estão preocupados com o cachê. Os que acompanharam a reunião do “Adote um Escritor” disseram que não estavam nem aí para o cachê, que queriam que existissem mais leitores e que, se os jovens não lessem os livros deles, eles não iam à escola. Alguns, claro. Porque não é problema do cachê. Nós queríamos prover e ampliar os recursos do Plano Municipal do Livro e da Leitura. É uma luta da cidade de Porto Alegre, abrindo uma janela e dotando de recursos. A Ver.^a Mônica diz que está garantido. Eu vou querer ajuda da Vereadora, para que haja uma reunião do Conselho Municipal do Livro e da Leitura, que está previsto no art. 5º da Lei nº 11.226, aprovada por esta Câmara, por unanimidade, em dezembro de 2011, e sancionada pelo Prefeito Fortunati em 5 de março de 2012, porque este Governo sequer garantiu chamar a reunião do Conselho. Eu espero muito estar errada, porque, quando nós fizemos o Plano, nós fizemos para a Cidade, não foi para o governo A, B ou C. Eu sempre fui oposição ao Governo Fortunati, e o Prefeito Fortunati assinou. Mesmo quando não estava previsto no PPA, no orçamento, eu botava emendas, e nunca me disseram que, para aprovar uma emenda da oposição, teria que votar a favor do orçamento. O que é que vocês querem? No cabresto ganhar apoio para um Governo que não é nosso? Vocês acham mesmo que eu, em nome de uma emenda, vou mudar a minha posição ideológica contra um Governo que está sendo autoritário e excessivo na cidade de Porto Alegre? Parece que não conhecem a intervenção do PSOL e a minha intervenção aqui na Câmara de Vereadores! Eu costumo ser coerente. Votei em emendas de Vereadores de outros partidos que, muitas vezes, votam com a base. Pena que os Vereadores não votaram comigo, uma pena, mas eu voto por convicção. Não voto por toma lá dá cá; não voto, porque vota aqui e, depois, vota lá; não voto por uma ideia de que, se votar assim, tem que votar X, Y, Z. Nós temos claro que o Governo Marchezan é autoritário, porque desrespeita os Conselhos e a Câmara. Pena que os Vereadores estão aceitando ser desrespeitados! Uma pena, porque é prerrogativa de todos nós. Quem abre mão de suas prerrogativas e não, de maneira altiva, enfrenta um Prefeito que chama Vereador de “covarde” por não querer atacar servidor, que responda por si, não por mim. Nós temos muito orgulho da

nossa coerência e de manter a dignidade e a posição ideológica aqui na Câmara de Vereadores!

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 55, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu tenho quase uma convicção de que algumas lendas do nosso Estado devem ter nascido na cidade de Porto Alegre. A nossa Cidade tem por bem criar algumas lendas urbanas. Eu acho que algumas delas surgiram aqui neste Parlamento, e uma está surgindo agora, a de que o Governo não tem investimento em cultura. É uma lenda urbana que deve começar a circular nas redes sociais: “O Governo Marchezan quer tirar todo o dinheiro, não investiu nada em cultura. Olha só: querem colocar 150 mil para leitura, e o Governo não botou!” Só que o Governo botou um milhão e 200 mil na leitura. “O Governo Marchezan quer acabar com a cultura em Porto Alegre, quer acabar.” Só que o Governo Marchezan, nessa política do Fumproarte, está botando 6 milhões, 537. No total da cultura, mais cultura, lazer e esporte, o Governo Marchezan está botando 122 milhões, 228; artes cênicas, 4 milhões, 64; atividades pedagógicas, recreativas e desportivas, 376 milhões; Centro Municipal de Dança, 979 mil; democratização da cultura, 9 milhões, 255 mil; descentralização da cultura, 4 milhões. Não bota dinheiro em cultura? É mais uma lenda urbana. Eventos esportivos e recreativos, 5 milhões. Já falei do Fumproarte aqui. Leitura e humanidades, 896 mil. E aí vai indo, e aí começa a criar uma lenda urbana de que o Governo não bota dinheiro em cultura. Começam a dizer, começam a repetir, começam a falar e falar e falar e falar e falar, mas não falam da contingência, por exemplo, do Governo Federal, na área da saúde, de 42 bilhões. Não falam que vem vindo ano a ano, tirando dinheiro da saúde. Não falam do Governo Federal, que vem tirando dinheiro da educação, que vem tirando dinheiro de várias partes. Aí vem para cá dizer que o Governo vai vender o Mercado Público. Olha só que absurdo isso! Criam lendas urbanas e vão criando lendas urbanas e vão criando lendas urbanas. E não propagandeam o que o Governo faz: já abriu dois postos de saúde até as 22h. Isso não é bom para a cidade de Porto Alegre. Isso não interessa para a cidade de Porto Alegre. Não

leram o que está aqui! (Mostra documento.) Não leram e aí vêm para a tribuna dizer que o Governo não tem políticas para a cultura. Podem vir aqui e dizer que é insuficiente, podem vir dizer que, se tivessem ganhado a eleição, fariam mais. Agora, não tem como fazer mais com o recurso que vem, não tem como fazer mais com um Governo que só arrecada, com um Governo Federal que arrecada, arrecada, arrecada. Agora mesmo, aumentou a alíquota do combustível, e isso não vem para os Municípios, não vem para o Estado, isso fica lá na União. Nós sabemos muito bem qual é o recurso que tem no Estado. Mas tem partidos que esquecem qual é o recurso que vem para o Município, esquecem qual é o recurso... (Som cortado automaticamente por limitação de tempo.) (Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.) Gostam de fazer discurso para a plateia, gostam de fazer discurso fácil. Nós temos que fazer discurso com a realidade, com a realidade do dinheiro que existe dentro do cofre, que nem as famílias, que nem os trabalhadores fazem com a realidade do seu contracheque. Nós não estamos fazendo um discurso fácil para a torcida, nós estamos discutindo com o que há dentro do cofre da Prefeitura, para fazer uma Cidade para todos. Muito obrigado, Sr. Presidente. (Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 55, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores; eu não vou me alongar muito, mas eu quero dizer que, sem fazer alarde, sem usar o dinheiro da Prefeitura, nós reunimos, lá na Zona Norte, um bom dinheiro, e o escritor Carlos José Penna Rey editou um livro sobre a história da Zona Norte. Eles foram distribuídos em quase todas as escolas da Zona Norte, sem nenhum custo para o Município, sem estar no orçamento, sem ter passado pelo PPA. Houve apenas a boa vontade dos meus colegas empresários, pois fizemos uma boa vaquinha; custou um bom dinheiro, é verdade, mas nos dedicamos a ir às escolas e distribuir esse livro, para incentivar a leitura.

Então, além dessa discussão do dinheiro e do elogio que a Ver.^a Fernanda fez ao Governo Fortunati, eu quero dizer que a leitura dá para ser incentivada até sem dinheiro público. É claro que tem escolas que precisam de dotação orçamentária, é claro que tem que ter incentivo à leitura sempre, mas eu acho que nós podemos fazer sem orçamento,

sem grandes discussões de PPA, mas com responsabilidade. Eu acredito, Ver. Janta, que o Governo vai cumprir com isso que já está estabelecido. Eu não tenho por que não acreditar naquilo que o Líder do Governo disse aqui. Apenas uma informação eu quis dar sobre o escritor Carlos Penna Rey, que fez o livro, nós bancamos a edição, a distribuição e, inclusive, fomos às escolas para incentivar a criançada a ter o gosto pela leitura. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 55, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 56, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 56, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Nós, com esta Emenda, estamos tirando recursos da gestão de processos, tecnologia e transparência, para incluir na regularização fundiária. A maior parte dos recursos vem dessa rubrica: gestão de processo, tecnologia e transparência. Acho que é uma discussão pertinente, porque nós vivemos em uma cidade que tem 700 comunidades irregulares. Porto Alegre tem uma demanda habitacional de 50 mil pessoas e precisa de uma política de regularização fundiária para garantir, por óbvio, que haja o direito à moradia, para que haja regularização dessas casas. Eu só quero, neste tempo que resta, falar de onde nós tiramos. Eu já tinha falado na tribuna, Ver. Alex, sobre a sua análise, ontem, logo no início da Sessão. O Governo destina R\$ 2,7 bilhões à gestão de processos, tecnologia e transparência, e menos de R\$ 2,3 bilhões somando assistência social, saúde, educação, segurança e o conjunto cultural das áreas sociais da cidade de Porto Alegre. Cobrei aqui, e o Vereador-Líder do Governo veio me dizer que esses recursos seriam para investir na Procempa. Mas o que nós estamos vendo é justamente o contrário: na Procempa andava um tal de Michel Costa, que era diretor da Procempa, do Conselho de Administração da Carris, investigado numa fraude R\$ 422 mil no DAER, e, além de ser diretor da Procempa e da Carris, estava prestando serviços de tecnologia à Prefeitura – de GPS, de reconhecimento facial –, o que, depois, vai ser

adquirido por uma banana pelo Município de Porto Alegre, de uma maneira escandalosa, de maneira a confundir, cada vez mais, a seara do público e do privado, colocando seus amigos, alguns...

(Aparte antirregimental.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Financiador da campanha, financiador da campanha! Foi o mesmo que fez o Banco de Talentos, que foi colocado num servidor que nem é da Procempa, é um servidor que eles criaram, mas é tudo de graça. Eles não querem nada com o Município de Porto Alegre, não! Imaginem! Não querem nada com o Município de Porto Alegre, assim como não queriam com o DAER decerto. Não querem nada com o Município de Porto Alegre trazendo esse estudo de tecnologia de graça, porque são bonzinhos. Depois, quando tiver uma licitação de vários milhões, é óbvio que as empresas deles não iriam concorrer, é evidente. Tanto é escandaloso que, ontem, ele saiu da Prefeitura. E não saiu, nós sabemos entre nós, porque estava constrangido. Não foi daquela leva de secretários que estão saindo mês após mês, porque não aguentam o estilo autoritário do Marchezan governar, até gente da base do Governo. Porque o PP, se me consta, é base do Governo, mas está lá o Ver. João Antonio Dib escrevendo no Jornal do Comércio sobre o DMAE! Está lá, corretamente defendendo o DMAE na reunião dos ex-diretores ontem. Porque Marchezan não é maior do que Porto Alegre! Esse Governo autoritário está fazendo uma coisa única no Município, que é unificar a resistência. Se ele está decidido a unificar o pacote contra o povo, pode ter certeza de que o povo vai estar decidido a unificar a resistência contra ele. E aí as mais variadas expressões; querem desmontar conselho municipal, tirando a prerrogativa de deliberação.

O que nós sabemos é justamente o contrário. É que, dentro da Procempa, eles estão botando as empresas privadas vinculadas ao projeto do Marchezan – não são todas, não são as daqui –, e não botando dinheiro público para estimular e desenvolver os nossos recursos.

Eu acho que é um acinte mesmo destinar R\$ 2,7 bilhões para gestão de processos, tecnologia e transparência, ainda mais que a transparência pode ser cada vez mais barata com o uso das tecnologias. Aliás, um Governo que veta o nosso o projeto que obriga à publicidade das peças publicitárias compradas pelo Governo pode ser tudo,

menos transparente. É um Governo bastante nebuloso, eu diria, ainda falta achar uma qualificação adequada, porque há tantos adjetivos negativos que nós temos que ver frases que ajudem a simplificar um Governo autoritário, recessivo, que ataca os direitos populares e que quer, em quatro anos, fazer 40, mas 40 para trás, revogando direitos. Marchezan não é certamente maior que Porto Alegre. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 56, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. FELIPE CAMOZZATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, surgiram algumas dúvidas referentes a essa emenda entre os meus Pares, por isso resolvi esclarecer. Essa emenda tem um valor R\$ 4 milhões, um valor significativo, retira R\$ 2 milhões da reserva de contingência, motivo pelo qual rejeitei a matéria. Se fosse aprovada, inclusive, por estar acima de um milhão de retirada da reserva de contingência, não haveria recursos para que outras emendas que também retiram da reserva de contingência pudessem ser aprovadas. Apenas para esclarecer a todos os Pares. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 56, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. ALDACIR OLIBONI: Nobre Presidente, Ver. Cassio Trogildo; colegas Vereadoras e Vereadores, público que acompanha a nossa Sessão; Ver.^a Fernanda Melchionna, é claro, para qualquer Vereador, para qualquer cidadão, ao olhar o PPA, que não há política de regularização fundiária contemplada nele. Não tem, porque, se tivesse, os recursos seriam muito mais significativos. Eu fiz questão de vir aqui, em nome do Partido dos Trabalhadores, porque nós já tivemos várias reuniões com o DEMHAB e percebemos que o núcleo central do Governo também não tem. O que vai ser do Governo Marchezan com relação à política habitacional? Os senhores viram ou ouviram o Governo lançar algum programa da Minha Casa, Minha Vida em parceria com o Governo Federal? Nem esta ele

divulgou, possivelmente não fará. Se pegarmos o Governo anterior – não precisa ir muito longe –, quantas unidades habitacionais ele conseguiu implementar? E quantas Caixa Econômica Federal disponibiliza para que os Municípios possam fazer? Aqui em Porto Alegre, por exemplo, a Caixa Econômica Federal diz que tem recurso para dez mil unidades/ano, e não é de hoje, é de um bom tempo. Qual a política habitacional do Município de Porto Alegre? Qual a política da regularização fundiária do Município de Porto Alegre? E olha quantas comunidades, quantas regiões, quantos bairros, quantas vilas estão vivendo em áreas irregulares, aguardando, em tese, a ideia da regularização fundiária, até porque seria de extrema importância e boa para o Município a medida em que essas residências, tendo o documento que vai legitimar, regularizar a sua área, o seu terreno, a sua moradia, ela passa a pagar IPTU. Não seria importante para Governo ampliar e investir nessa área? Infelizmente não tem. Lamentavelmente, esse PPA é como a Peça Orçamentária, não deixa de ser sempre uma peça de ficção, porque nós não percebemos nenhuma sinalização de que isso vai acontecer, lamentavelmente. Por isso vamos apoiar a emenda da Ver.^a Fernanda.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 56, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 15 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 57, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 57, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, aqui a gente amplia uma meta, a meta de políticas públicas para a diversidade sexual, do Programa Porto Alegre é para Todos, ampliando em R\$ 100 mil ano a ano, e, neste caso, tirando apenas da publicidade, a Rubrica nº 2662, e da Gestão de Processos de Tecnologia e Transparência, que foi aqui, na emenda anterior, criticado pelo Ver. Camozzato, o fato de ter sido retirada da reserva de contingência.

Primeiro, pelo mérito da proposta; nós precisamos avançar no Município de Porto Alegre em ter políticas públicas que ajudem no respeito à liberdade de orientação sexual. A

busca pela garantia dos direitos à diversidade, uma acumulação que existe dos movimentos LGBTs, que existe do movimento social, de longa data, por exemplo, está sujeita a não receber apoio da Prefeitura, que é o caso, por exemplo, da Parada Livre. E aqui tem vários ex-Secretários que tiveram a oportunidade de acompanhar a dimensão da Parada Livre como um evento simbólico e de luta para combater a discriminação, para combater a intolerância, para combater a violência, num país que a cada 23 horas um LGBT é assassinado pela sua orientação sexual; num país que mais mata travestis e transexuais por crimes de ódio no mundo. Do mundo! E como se resolve, como se combate a violência, como se combate a discriminação senão promovendo políticas públicas, garantindo direitos? Pensando, por exemplo, em como equipar os centros de referência às vítimas da violência e garantir que o art. 150 da Lei Orgânica seja cumprido de fato no Município de Porto Alegre. Ou políticas públicas que garantam e que promovam a questão da diversidade. Eu diria mais, vocês sabem que ao longo dos anos eu tenho acompanhado a defesa das pessoas em situação de rua no sentido de existirem políticas transversais que tirem essas pessoas da situação de rua e permitam uma reinserção no trabalho, no estudo, na vida. Eu conheci muitos relatos, ao longo desses anos, como Presidente da Comissão de Direitos Humanos por duas vezes e como ativista. Relatos de pessoas que perderam o emprego, que foram para a situação de rua; relatos de problemas de saúde mental e foram para a situação de rua; relato de álcool e drogas e, na medida em que os CAPS não estão estruturados, acabaram em situação de rua. Recebi muitos relatos de população LGBT que foi expulsa de casa por intolerância, por desrespeito, por discriminação, que sofriam violência na sua própria residência e que acabaram nas ruas de Porto Alegre e estão agora nas ruas de Porto Alegre. Uma cidade que não promove políticas públicas para essa população lamentavelmente silencia e acaba, no silêncio, mantendo o preconceito e a discriminação. Porto Alegre tem uma acumulação.

Eu acho muito bom, Ver. Moisés Maluco do Bem, o seu projeto que coloca no Calendário Oficial da Cidade a Parada Livre, mas não adianta colocar no Calendário da Cidade a Parada Livre e o Governo não dar um centavo para que a Parada Livre se efetive. Um centavo! E agora, de novo, o Marchezan diz que tem que buscar a iniciativa privada. Ele deveria ter dito na campanha eleitoral que ele ia dizer que nada é com o Prefeito; agora é tudo com a iniciativa privada. Ele terceiriza as rubricas, terceiriza os programas e

terceiriza a responsabilidade, quando manda pacotes para a Câmara para colocar para os Vereadores fazerem o que ele deveria fazer, por exemplo negociar com os municipais. Aquele projeto que nós derrubamos, é verdade, que previa a retirada da reposição da inflação, era a terceirização da data base para os Vereadores. E agora querem terceirizar também a responsabilidade da Parada Livre. Isso é inaceitável. A emenda é pequena, mas se esta emenda for aprovada, certamente não só a Parada Livre pode ser garantida como também o financiamento dos centros de referência para as vítimas de violência - que é onde funcionam todos, inclusive o das mulheres, é o mesmo espaço físico -; campanhas educativas sobre o art. 150 da Lei Orgânica; medidas que possam garantir, portanto, políticas públicas de combate à intolerância, de respeito à diversidade e de busca por respeito, pelo respeito e pelo direito que cada um tem de amar quem quiser. (Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 57, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Ver.^a Fernanda, Srs. Vereadores, nós temos aqui, da data de 7 de agosto, uma página inteira mostrando que o serviço de assistência social em Porto Alegre está extremamente fragilizado. (Mostra jornal.) Óbvio que nós não precisamos do jornal para nos dizer isso, estamos acompanhando e temos a convicção, Ver.^a Fernanda, de que, se não houver um trabalho direto, um investimento direto da Prefeitura, não tem como amparar as populações mais vulneráveis. Citaste aqui várias delas. Nós tivemos, Ver.^a Comandante Nádia, um seminário organizado pela Procuradoria, pela Procuradora, no caso, com o Governo sobre o tema da mulher. A formação foi muito significativa, mas nós sabemos que mesmo a fala da delegada, a fala da promotora, se não houver rede de atendimento, rede de suporte, não tem como proteger as mulheres. Não tem como proteger as transexuais de serem vítimas da violência, não tem como proteger a população de rua de ser vítima de violência. Então acho que essa emenda investe nisso, acrescenta algum recurso, para que a gente supere essa situação. E não é possível que nós tenhamos um histórico, no Governo passado, de desmonte da FASC, mas que aqui nesta Casa se aprovou uma lei para instalação plena do SUAS, com previsão de nomeação, com previsão de estruturação de CRAS e CREAS, e que a gente tenha, no

início deste ano, uma expectativa da população depois de uma eleição, e a situação pior, porque, além de não haver nomeação nenhuma, houve descontinuidade nos contratos terceirizados. Quer dizer, criticávamos os contratos terceirizados em cada uma das áreas; às vezes, um abrigo tinha cinco, seis contratos terceirizados diferentes, e agora há uma solução de continuidade, e a situação é dramática para todos esses grupos vulneráveis da cidade de Porto Alegre.

Então é uma emenda que vem acolher, vem identificar e vem chamar a atenção, é preciso estar no plano plurianual a prioridade na assistência social. A assistência social não tem como virar mercadoria, gente! Não é um negócio que dê lucro, ou o Governo assume, ou os pobres são relegados a jato d'água, a empurrar para fora, ao uso da violência. E não é isso que nós queremos, todos eles são cidadãos e cidadãs de Porto Alegre.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 57, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. MOISÉS MALUCO DO BEM: Bem, estou tentando, para colaborar com os colegas, não usar muito a tribuna. Mas eu não posso deixar passar essa. Objetivamente, não tenho como classificar aqui o que estou assistindo, em alguns momentos, com outra palavra, a não ser demagogia. Vamos ser sinceros: como é que um colega ou uma colega pede para votar uma emenda para o PPA e diz que vai votar contra o PPA? Eu tenho dificuldade, é o meu primeiro mandato, de traduzir isso para o telespectador da TVCâmara ou para as pessoas que estão aqui nas galerias e que aplaudem alguns Vereadores aqui que só escrevem emendas para fazer discursos, porque já disseram que vão votar contra o Plano, independentemente de sua emenda estiver aprovada. Isso é uma demagogia gigantesca. É um desperdício de dinheiro público estarmos aqui tanto tempo e com tanta demagogia. Sobre a questão, eu fui citado aqui, e somente por isso subi aqui.

Quero dizer que este Governo deixou claro, que, quando faltam recursos para a saúde, para a educação e para tantas coisas importantes, não se tem recursos para destinar para festas, mas isso não significa que não se tenham recursos para destinar para a cultura, para a educação, e todas essas festas são ligadas – são ligadas, na sua maioria,

as de cultura e de educação aos direitos Humanos, como a parada LGBTQ. Olha só gente, existe uma decisão, e a sociedade compreendeu que existem prioridades. E eu aqui fui citado e quero deixar claro que vou votar não nesta emenda, mas quero deixar claro que eu, que sou defensor e defendo a luta contra o preconceito, entrei em contato com a Nuances, via ofício, e me solidarizei e propus ajudar como pessoa física e fazer doações para atividades que vão ser feitas e dirigidas ao combate ao preconceito. Agora, recursos públicos, quando falta para atender crianças em postos de saúde, desculpem-me, vou votar não pela emenda e vou auxiliar a buscar patrocínio, apoio, e financeiramente eu ajudarei todos os que acho que merecem ajuda para suas bandeiras. Mas demagogia, populismo e politicagem, comigo não. Eu não vou apoiar esse tipo de coisa.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 57, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Acho que o Vereador Moisés ou é mal intencionado ou é desacostumado com a democracia. Eu vou te dizer uma coisa, Moisés: tu podes até querer que exista uma monarquia em Porto Alegre, em que o Governo faz um PPA e não submete aos Vereadores para discordarem, concordarem ou fazerem emendas para buscarem reparar determinadas áreas, mas tu não podes fazer juiz de valor e nem ser um corregedor, primeiro do voto, e, em segundo, da posição ideológica. Fiz oposição a todos os governos que me antecederam aqui, antecederam Marchezan na Câmara Municipal, e em nenhum momento os seus interlocutores – e olha que fiz oposição mesmo, porque tinha muitos erros e tínhamos diferenças profundas, ideológicas, com os governos passados – fizeram uma intervenção tão rasa sobre a votação da oposição. Nós somos oposição porque o povo nos conferiu essa prerrogativa e essa responsabilidade. Nós concorreremos com um programa radicalmente diferente do Marchezan, que era o programa da Luciana, que lamentavelmente não foi eleita, porque queríamos, sim, governar para mostrar que é possível o enfrentamento com os ricos e milionários, para taxar quem merece e garantir os recursos para as crianças nos postos de saúde, para garantir as políticas de diversidade sexual, para garantir o respeito aos Conselhos

Municipais e às instâncias democráticas da Cidade, para ampliar a questão desses espaços democráticos, para ter políticas para o povo negro para combater o racismo, para ter política para as mulheres, para enfrentar o Governo Federal, Ver. Janta, porque nós nunca calamos diante do contingenciamento do Governo Federal que trouxeste aqui. E é verdade que eles estão mandando menos dinheiro para a saúde. Nem no Governo ilegítimo do Temer, nem no Governo da Dilma... Nós, do PSOL, sempre viemos aqui cobrar que viessem mais recursos para a saúde, para a educação; sempre dissemos que tinha que entrar na justiça contra o Governo do Estado, porque não repassa os recursos para a saúde no Município de Porto Alegre. Sempre dissemos isso, mas teve um projeto que ganhou a eleição, um projeto que prometeu saúde, educação e segurança, e que está fazendo o desmonte do serviço público, precarização do servidor, terceirização das questões públicas, como é o caso do DMAE. E está aqui o Ver. João Antonio Dib. Esse projeto, que permite privatizar o DMAE, tem a nossa contrariedade, está terceirizando a responsabilidade do seu Governo. Demagogia? Honestamente, sabem o que é demagogia? É dizer que apoia a parada livre e que vai dar dinheiro do seu bolso, mas não obrigar o seu Governo a defender os espaços de defesa do povo LGBT. Isso é demagogia, porque parece que Porto Alegre não tem Governo, parece que não é o Governo que está lá. Mas então quem é? É um marciano que caiu no Paço Municipal? É um Governo do PSDB apoiado pelo PP! Felizmente, tem vozes dissonantes, coerentes e corajosas que dizem que estão erradas coisas que estão sendo impostas aqui no Município, como é o caso da terceirização do DMAE. É uma demagogia se esconder das suas responsabilidades. Eu queria muito estar com a responsabilidade de estar ajudando o Governo Luciana Genro a mostrar que é possível fazer política diferente.

A diferença brutal entre o Caetano e o Marchezan é que o Caetano é um músico popular que subverteu as velhas regras da música para construir algo completamente novo. Aliás, o Caetano, que é liberal de extrema-esquerda, conforme a definição dele, apoiou o Marcelo Freixo – e isso o Alabarse esqueceu de escrever no jornal Zero Hora –, enquanto o Marchezan quer dar uma nova cara para as velhas estruturas, para a velha política. Eu também quero que as crianças nos postos de saúde tenham atendimento. Por que tu não fazes uma frente comigo para cortar os 780 CCs que vocês têm? Porque, na hora de dizer para o jornal Zero Hora que tinham reduzido em 30%, disseram; agora, aumentou para 780 cargos em comissão que vocês seguem nomeando no Diário Oficial. Por que tu

não fazes uma frente comigo para cortar verba de publicidade e exigir que seja cobrado IPTU nos vazios urbanos, taxando os ricos e a especulação imobiliária? Mas não! É papo mole para boi dormir, para apresentar e para fazer um projeto neoliberal, para atacar direitos dos servidores, para atacar o serviço público, para desmontar as áreas sociais, para desmontar a cultura, para desmontar as políticas de direitos humanos fazendo Estado mínimo para um povo que precisa e Estado máximo para os empresários amigos, Michel Costa e essa turma aí da Falconi. Comigo, não!

Então, sem más intenções, sem desconhecimento, sem demagogia, eu te digo: se tu não estás acostumado com discussão de orçamento, PPA, apresentação de emendas e queres submeter e fazer o papel de corregedor no voto da oposição, por favor, menos, aprende um pouco. Embora essa não seja a democracia que eu defenda, porque eu acho que essa democracia precisa ser radicalizada, ampliada, as velhas estruturas têm que ser rompidas, e não o que o Congresso Nacional está fazendo agora, fazendo essa reforma política que é um escândalo, que ataca os pequenos partidos ideológicos, que dá um fundo partidário bilionário, que quer fazer esse distritão vinculado com o distritão misto, etc. A nossa reforma política é radicalmente contrária a isso, embora nós tenhamos muito para radicalizar e construir uma verdadeira democracia, onde a maioria controle a política e a economia. Não és tu que vais me dizer o que eu posso fazer na Câmara de Vereadores! É o povo de Porto Alegre que me conferiu a votação para estar aqui presente e para, neste momento, os meus colegas de oposição me deram orgulho de ser Líder da oposição na Câmara Municipal.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Registro a presença do ex-Prefeito, nosso sempre Ver. João Antonio Dib, ex-Presidente desta Casa. Seja muito bem-vindo ao plenário.

O Ver. André Carús está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 57, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. ANDRÉ CARÚS: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, vou ser rápido, só quero repor uma questão que é de ordem democrática e se impõe aqui no Parlamento. É natural o confronto de discussões, e hoje temos como centro disso a

discussão do PPA. Eu conheço de muito tempo o meu, hoje, colega com muita alegria, é o nosso encontro de gerações no Parlamento de Porto Alegre, o Ver. Moisés, de um tempo em que nós construimos um centro democrático, justamente para afirmar que os extremos nem sempre são os caminhos mais adequados para a produção de transformações que advém da política. Mas o centro democrático também não é compatível com o pensamento único. Temos que considerar isso. Ele sabe, por exercer um papel de equilíbrio na política, que é preciso considerar as opiniões divergentes, também para avançar nas conquistas. Eu não creio que o Governo pense que o PPA aqui apresentado, assim como o Prometa, sejam verdades absolutas, até porque são peças que serão aperfeiçoadas no decorrer da gestão. E o comando constitucional que prevê o Plano Plurianual, já diz que são diretrizes que vão orientar, obviamente, as leis orçamentárias que chegarão aqui na Casa para análise.

Com relação ao recurso ou não para festas, eu tenho uma pequena observação. Também acho que o Governo não pode ter um papel paternalista de, sem controle algum, ficar distribuindo recursos para festas, mas o Governo tem de, obviamente, de alguma maneira, respeitar e, dentro do possível, apoiar as expressões populares, culturais, sociais, porque elas existem na Cidade e compõem a diversidade do povo de Porto Alegre historicamente; e não é só o carnaval, outras tantas expressões. E me preocupa porque eu vejo investimento – talvez um dia nós tenhamos acesso a esses números – do Prefeitura nos Bairros, por exemplo, curiosamente, coordenado pelo Secretário Luciano Alabarse. A estrutura que tem sido utilizada no Prefeitura nos bairros é uma estrutura que tem um custo, porque não acontecem sem custo aquelas barracas, lonas e tudo que é montado para o evento Prefeitura nos Bairros. Então, se essa é a festa que o Governo quer apenas contemplar, que seja a festa do Prefeitura nos Bairros. Mas o Prefeitura nos Bairros, pelo que eu tenho acompanhado – inclusive minha equipe tem estado presente fiscalizando as ações que são lá desenvolvidas –, tem o fito de entregar serviços, fazer o estímulo à convivência entre os cidadãos. E eu acho que reduzir que discussão do Plano Plurianual que são as diretrizes que vão orientar os próximos orçamentos a um tema, a isso ou àquilo, fica muito pequeno. A Câmara não pode se apequenar diante das divergências que são, muitas vezes, razões pelas quais a Cidade não avança. Como diria Ulisses Guimarães: quem briga por coisas pequenas continua menor ainda ou fica anão. E nós temos que saber que a grandeza do Parlamento é justamente nos atermos a temas

maiores. Se o discurso de mudança que elegeu o atual Governo foi de priorizar saúde, educação e segurança, bom, existe uma matriz que deve ser respeitada. As pessoas só vão ter acesso à educação se tiverem oportunidades; se não, não vão se deslocar, por exemplo, para as instituições de ensino. As pessoas só vão ter segurança se existir convivência e integração social, se a rua for ocupada de maneira responsável. As pessoas só vão saúde se tiver recurso, e aí não tem outro remédio.

Então, eu acho que existe um contraponto importante de programas sendo feito aqui, e as posições precisam ser respeitadas, acima de tudo porque o pensamento único também não é a base de um Parlamento diverso que foi eleito pela sociedade porto-alegrense, e acredito que o Governo também não se sente dono da verdade. Então, vamos ouvir, ainda que à exaustão, as opiniões de todos.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Mauro Zacher está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 57, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. MAURO ZACHER: Ver. Moisés, V. Exa. sabe do carinho e do respeito que tenho pela sua história; aliás, assim como o Carús, não somos contemporâneos, porque sou mais velho que tu, imagino, mas nos lembramos de movimentos que nos encontramos. Quero dizer para V. Exa. que, tendo a votar a favor do projeto de lei, por que não votar? Mas irei trazer ao debate todas as emendas que são relevantes para a Cidade. Talvez o Plano Plurianual não esteja muito bem compreendido. O Plano Plurianual são as diretrizes, aquilo que vamos tentar fechar no final do ano e nos próximos quatro anos, diz para onde o Governo vai. Então, fica muito claro, para nós, para aonde o Governo quer ir. Eu não acho demagogia falar em cultura, não acho demagogia levantar a bandeira como a questão da leitura, como a questão dos eventos – isso faz parte da história. A palavra demagogia é muito forte aqui, talvez eu não tenha me feito entender. Não me senti muito atingido porque, para mim, demagogia é aquilo que a gente tenta produzir, conduzir a população de maneira tirânica, pode se dizer. Por exemplo, banco de talentos, o que é? Demagogia. Não é verdade, eu até cheguei a elogiar. Banco de talentos é tentar conduzir a população que o nosso Governo faz uma seleção técnica. Não faz, é política! Demagogia é falar na campanha que nós iremos tratar a questão do trânsito de maneira

diferente, inclusive já demitiu o Secretário que não era dele. Demagogia! Sabe por quê? Porque a EPTC, em seis meses, já arrecadou o que em um ano não se arrecadou em 2016! Para mim, isso é demagogia! Estamos em seis meses de Governo, então, por isso eu estou aqui dizendo que nós vamos fazer uma cobrança permanente. “Eu vou abrir tantos postos de saúde.” Eu estou esperando os postos, eu sei até que algum foi inaugurado. Para não virar demagogia, nós temos que fazer as coisas acontecerem.

Demagogia, para mim, é dizer que nós vamos qualificar a eficiência da educação e tirar o bife das crianças: diminuir a alimentação é tirar o bife das pobres das crianças. Eu acho que a palavra demagogia tem que ser bem medida aqui, Vereador, senão a gente pode entrar num debate, e nós vamos um pouco mais a fundo. Demagogia, para mim, é ser perguntado, na campanha: “O senhor vai tirar a segunda passagem gratuita do povo?”. “Não, por que faria isso?” E vou lá e tiro num decreto. Aí eu faço uma cortina de fumaça, somando as isenções, aí o Janta, o Líder de bancada, briga, porque ele tem as suas convicções, a gente sabe disso, é a história dele, é a essência dele. “Olha, segura, faz uma comissão, porque nós não queremos votar.” Mas, no fundo, não eram as isenções. O que os empresários queriam era a retirada da gratuidade da segunda passagem. Não se enganem, não é a privatização do DMAE que está em jogo, pobre do Dib, foi lá escrever artigo. O que está por trás da demagogia é a entrega da Carris. O DMAE, ele não tem estofa para privatizar, mas a Carris ele quer entregar. Então, meus amigos, vamos devagar com o discurso, porque nós estamos aqui para fazer um belo e bom debate, e eu, quando debato cultura, educação, eu quero dizer para V. Exa. que eu não estou fazendo demagogia. Eu estou votando com a minha essência, com a minha história, com todo o respeito que eu tenho por Vossa Excelência. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 57, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 14 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

A Sra. Sofia Cavedon (Requerimento): Solicito que as Emendas nº 67 e nº 70, de minha autoria, sejam votadas em bloco.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Sofia Cavedon. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação da Emenda nº 58, destacada, ao PLE nº 007/17.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Presidente, boa tarde; senhoras e senhores, público que nos assiste pela TVCâmara, Vereadores e Vereadoras, eu venho encaminhar em nome do meu partido, o PSOL, portanto, em nome do Ver. Roberto Robaina e da Ver.^a Fernanda Melchionna, a Emenda nº 58, de autoria da Ver.^a Fernanda, que trata da ampliação e promoção da prevenção à violência e defesa dos direitos da mulher. Essa emenda retira verbas do programa gestão de processos, tecnologia e transparência. Eis que este projeto em específico para o período de 2018 até 2020 tem destinação de R\$ 2,377 bilhões. É um volume de recursos extremamente grande. Na tarde de ontem fiz minha manifestação durante o período de discussão do projeto. Senhoras e senhores, vamos voltar a tocar no assunto. Gestão de processos, tecnologia e transparência: para dar transparência ao Governo não custa muito, basta colocar os dados no *site* oficial da Prefeitura e disponibilizá-lo à população. E está faltando transparência, porque nossos Pedidos de Informações, quando vêm, é com atraso e insuficiência de respostas. Então, não há transparência nesta gestão. Com relação à gestão de processos e tecnologia, precisamos estar atentos a isso, porque o programa é vago. Gestão de processos... E aí, destinado à parte burocrática, a uma reestruturação física, estrutural, governamental de pessoas. É muito complicado; portanto acredito que esse volume de dinheiro dispensado a um programa bastante nebuloso poderia ceder uma parte de recursos a um problema que é grave e crescente na nossa sociedade: a violência contra as mulheres. A Prefeitura precisa, sim, assumir a responsabilidade de enfrentar esse problema e abrir uma destinação de verbas para isso.

Finalizando, eu gostaria de tentar fazer uma analogia para os Vereadores que ainda não compreendem ou não querem compreender a questão de propor emendas e se posicionar contrariamente ao Plano Plurianual. Vou tentar fazer uma analogia, porque eu, como professor, tenho esse hábito de tentar simplificar ou dar uma perspectiva diferente, frente a um problema. Ver. Moisés, imagine que um amigo seu desenhe um carro,

mostre-lhe o desenho e peça ao senhor para avaliar. Tu olhas aquele desenho e dizes: “Cara, o teu carro é horroroso. Ele é feio, ele é ruim, ele não acomoda confortavelmente as pessoas, ele não tem lugar no porta-malas. Teu projeto é um horror. Eu não desenharia isso e eu não compraria um carro desse jeito. Mas olha só, além de tudo isso que eu falei, o teu carro no desenho não tem porta. O teu carro não tem porta!” Aí o teu amigo vai lá e desenha a porta. E tu dizes: “Puxa, muito obrigado por essa contribuição, por essa colaboração”. Um carro sem porta, obviamente, é um absurdo, mas o projeto continua feio, e tu não vais comprar, mesmo que o teu amigo coloque a porta. Então, eu faço essa analogia para o senhor conseguir perceber que a contribuição que a Ver.^a Fernanda e vários outros Vereadores fizeram com emendas é para tentar consertar algo que é ruim. O Plano Plurianual é ruim, porque ele destina uma grande soma em dinheiro para áreas que talvez não fossem prioridades nossas, mas que merecem o apontamento de que algumas áreas estão totalmente descobertas, como a área de prevenção da violência às mulheres. E essas são as contribuições que os Vereadores aqui propõem, mesmo não concordando com a essência de um projeto, que, para nós, mesmo emendado continua ruim, não vai mudar, porque a essência está torta.

Então, o senhor vai me desculpar, mas eu tentei trazer aqui alguns argumentos para que o senhor entenda a posição de propor uma emenda tentando consertar algo que é ruim, mas que emendado vai ficar menos pior, mas ainda assim não fica bom. Então, essa é a nossa posição, a posição do meu Partido, o PSOL, frente ao Plano Plurianual, que, para nós, é insuficiente para as demandas de Porto Alegre, mas que, emendado, pode ficar um pouquinho menos pior. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta presidência, a Emenda nº 58, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o bloco composto pelas Emendas nº 67 e nº 70, destacadas, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 8 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 2 **ABSTENÇÕES**.

O Sr. Mauro Zacher (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação da Emenda nº 72. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Mauro Zacher. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 72, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 11 votos **SIM**; 12 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO.**

Em votação a Emenda nº 69, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 69, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu serei breve, mas é importante. Quanto a esta emenda, a não ser que vocês me mostrem o que nós não enxergamos, nós não encontramos nenhuma janela, nenhuma rubrica que possa viabilizar que o Governo Municipal, necessitando, aporte recursos à Carris, a nossa empresa de ônibus, referência para o sistema, fundamental para que a Prefeitura de Porto Alegre possa medir custos do sistema, possa atuar, ampliando qualidade. Ela sempre foi uma empresa que avançou, que, primeiro de todos, avançou num ônibus mais confortável, no uso do ar-condicionado, na mudança do motor para a frente, na mudança da forma de atendimento, na criação dos transversais. É uma empresa que permitiu fazer gestão, permite fazer gestão para um transporte público de qualidade e eficiente. E não há previsão de janela para a Carris.

Ora, o Ministério Público de Contas acolheu a representação, agora em 2 de agosto, a nossa representação, da bancada do Partido dos Trabalhadores, junto com os funcionários da Carris, denunciando que, ao invés de investir numa nova gestão, numa qualificação, como ouvimos aqui na Casa da Presidente da Carris, há um sucateamento da Carris, neste primeiro semestre. Está identificado pelo Tribunal de Contas, inclusive, que a Prefeitura avalia receber na Carris linhas que a ATP, que as outras empresas, as privadas, estão achando deficitárias e que não lhes servem e querem entregar para a

Prefeitura; ou seja, muitos ônibus parados, falta de compra de peças para haver uma reposição adequada, eficiente. Portanto, a Carris perde muitas corridas, não atende linhas, deixa passageiros, passa nas paradas apenas para cumprir tabela – essas denúncias todas foram feitas e hoje há, sim, um pedido ao Tribunal de Contas do Ministério Público de Contas para uma auditoria operacional da Carris.

O que nós não podemos é permitir que um Plano Plurianual não preveja pelo menos uma janela para que essa empresa continue tendo o apoio da Prefeitura até ser saneada. Nós acreditamos, sim, que não é possível não haver saída para a Carris, como, infelizmente, escutamos do Prefeito Municipal, que ele tem três caminhos para a Carris: saneá-la – que ele acha muito difícil; vendê-la; ou incorporá-la nas outras empresas. Eu acho que o caminho é a Cidade assumir a sua empresa, voltar a ser uma empresa referência inclusive para o País, modelo para o sistema, a partir, inclusive do domínio que a Prefeitura tem que ter sobre a planilha, sobre todos os recursos que entram no sistema e sobre o controle eletrônico do uso do sistema público de transporte, que o Prefeito Marchezan prometeu que ia fazer, que esta Casa rejeitou a nossa emenda, o nosso projeto de lei da Bancada do PT, e nós ainda não estamos enxergando esse domínio do transporte. O que nós vimos foi uma iniciativa do Prefeito, que agora está suspensa por três meses, no sentido de facilitar e aumentar os lucros das empresas privadas, tirando direitos dos trabalhadores e da juventude. Nós entendemos que esse não é caminho para um transporte público de qualidade.

Então, peço apoio, é uma janela, não é muito recurso, é apenas para que o Plano Plurianual preveja que é possível, sim, necessitando, recurso público numa empresa pública. Porque nela o lucro não vai para o empresário; o lucro vai para investimento na qualidade do transporte público. Então, é uma emenda para salvar a Carris.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 69, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA**, por 8 votos **SIM**; 12 **NÃO**; e 1 **ABSTENÇÃO**.

Em votação a Emenda nº 71, destacada, ao PLE nº 007/17. (Pausa.) A Ver.^a Sofia Cavedon, está com a palavra para encaminhar a Emenda nº 71, destacada, ao PLE nº 007/17.

A SRA. SOFIA CAVEDON: A Emenda nº 71 é um movimento para fortalecer a luta de tantos usuários e usuárias de parques e praças que neste semestre inteiro, de maneira valorosa, se mobilizaram para a defesa do direito público ao esporte, lazer e recreação. E houve muitas promessas aqui nesta tribuna de que este serviço – o esporte, lazer e recreação – na Cidade não vai sofrer diminuição: vai ter continuidade, vai ter as suas praças preservadas, seus espaços físicos recuperados. Então há recursos, nós olhamos no Plano Plurianual, mas eles são insuficientes. Nós temos ginásios que precisam de conserto na cobertura, como o Lupi Martins. O Lupi Martins hoje não é utilizado pelos grupos de esporte, pelos grupos jovens, porque, Ver. Cassiá Carpes, que mora lá perto e sabe, está com o telhado todo prejudicado, chovendo dentro, portanto o piso do ginásio está todo cheio de farpa, levantado, oferecendo perigo. Posso falar aqui do CGP, que, Ver. Moisés, se não houver um investimento nas piscinas, agora, nesse semestre, vamos ter mais um verão sem as piscinas, que são tão importantes para essa comunidade da Glória, da Cruzeiro, que na Zona Sul seja, talvez, o único espaço de lazer com acesso à água, ao frescor, à hidroginástica, que é tão bonita e que acontece, em tantos centros comunitários, com idosos. Então, nós precisamos que esse investimento, nessas piscinas, aconteça agora, nesse início de segundo semestre. Então, essa emenda vem reforçar os recursos para a Secretaria de Esportes, que são poucos, são baixos, mas com os quais sempre se fez muito.

Fica aqui o meu elogio aos ex-secretários que, com muito pouco recursos – a gente sempre argumentou isso –, fizeram a secretaria se tornar tão querida, tão amada e tão abrangente na cidade de Porto Alegre. É porque ela, de fato, teve excelentes gestores e gestoras. E nós precisamos continuar lutando para que o seu trabalho sobreviva, mas com recursos, para que a população de Porto Alegre, com isso, tenha qualidade de vida, tenha saúde, prevenção à violência e, principalmente, o direito ao Esporte e ao lazer, que é um direito em si para todas as classes sociais. Se há uma coisa que nós vemos, no trabalho da ex-Secretaria de Esportes, é que ela atende a todas as classes sociais. Onde ela está presente, está fora a violência, está fora a degradação. Então é uma força para o esporte e lazer da Cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, a Emenda nº 71, destacada, ao PLE 007/17. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 9 votos **SIM**; 13 votos **NÃO**; 1 **ABSTENÇÃO**.

Vou fazer um registro: com a rejeição da Emenda nº 69, restou prejudicada a Subemenda nº 1 à Emenda nº 69 ao PLE nº 007/17.

Chegamos ao final das emendas rejeitadas no relatório e destacadas, então agora passaremos, conjuntamente, à votação do projeto e das emendas aprovadas pela CEFOR.

Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o PLE nº 007/17 e as emendas aprovadas pela CEFOR. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 17 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

O SR. ADELI SELL: Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “Encontro uma profunda contradição entre a proposição original apresentada pelo executivo e o que vemos de ações e proposições feitas pelo prefeito e sua equipe. Encontro incongruências entre aprovação e reprovação de determinadas emendas com crivo grenalístico de situação x oposição. Ao final nem peça de ficção resistiu, sobrou uma peça de Teatro de Horrores. Adeli Sell.”

A Sra. Fernanda Melchionna: Como havia solicitado, passo a ler a Declaração de Voto (Lê.): “A Bancada de Oposição declara que vota contra o projeto de Plano Plurianual apresentado pelo governo Marchezan. O presente projeto de lei orçamentária se trata de uma peça de ficção. Em primeiro lugar, pois o governo tem o discurso de priorizar determinadas áreas a partir do enxugamento da máquina pública. No entanto, ao verificar os valores atribuídos aos demais 3 anos de governo, a soma do orçamento em segurança, assistência social, trabalho, cultura, habitação, acesso à cidadania e esportes e lazer é **MENOR** do que o orçamento previsto para o programa ‘Gestão de Processos, Tecnologia e Transparência’, este de quase 2,5 bilhões, para gastos internos da Prefeitura! Da mesma forma, o discurso de desmonte dos serviços públicos para racionalizar a administração não é condizente com a existência de mais de 1000 CCs, a extinção de estruturas essenciais da máquina pública e com a criação de Super Secretarias, dando poderes extremados aos Secretários sem delimitar de forma clara as

suas funções e o funcionamento dos serviços públicos. Ou seja, a presente peça orçamentária é a emanção de um projeto político que vive de crises: se abastece delas para justificar sua imobilidade, retirando direitos da população, e desmonta os serviços públicos para o seu aprofundamento. Comporta-se como gestor de massa falida; como se não tivesse colocado seu nome à disposição e feito campanha, declarando-se vítima do passado, tudo sem apresentar soluções concretas para a cidade de Porto Alegre.”

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Quero fazer alguns registros com relação à nossa votação. As Emendas nº 30 e nº 35 foram retiradas de tramitação, prejudicando as respectivas Subemendas. As Emendas nº 09, nº 10, nº 11, nº 13, nº 14, nº 18, nº 22, nº 26, nº 28, nº 29, nº 31, nº 32, nº 33, nº 34, nº 36, nº 37, nº 38, nº 39, nº 40, nº 41, nº 42, nº 43, nº 44, nº 45, nº 46 e nº 47 foram rejeitadas pela CEFOR e não foram destacadas nos termos do art. inc. VI do art. 120 do Regimento, sendo final o pronunciamento da CEFOR pela rejeição. As Subemendas nº 01 às Emendas nº 28, nº 29, nº 31, nº 32, nº 33, nº 34, nº 36, nº 37, nº 38, nº 39, nº 40, nº 42, nº 43, nº 44, nº 45 e nº 46 foram prejudicadas pela rejeição de suas respectivas emendas.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 13h22min.)